



DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ
Rua Eliezer Levy, Nº 1157 - Bairro Centro - CEP 68900-083 - Macapá - AP - defensoria.ap.def.br

EDITAL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2026 - DPE/AP
CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ
UASG (927560)
SETOR: COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS - CLCC/DPE/AP

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido de desoxirribonucleico) "in vivo", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá em toda a sua extensão (Sede Administrativa, Anexos I e II e núcleos regionais).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais).

SIGILOSO: NÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 26.0.000001944-4 - DPE/AP

SRP: SIM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/07/2026.

HORA INICIAL: 09:30 (Horário de Brasília)



Baixe o aplicativo do
compras.gov e apresente sua
proposta!



Acesse o portal compras.gov
e apresente sua proposta!

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP. N.º 004/2026 - DPE/AP**Processo Eletrônico SEI n.º 26.0.000001944-4 - DPE/AP****PNCP N.º 90004/2026**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP, sediada na Rua Eliezer Levy, 1157, bairro Central, CEP. 68.900-083, Macapá/AP, por meio da Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios - CLCC/DPE/AP e seu Pregoeiro designado pela Portaria n.º 17 de 10 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462 de 31 de março de 2023 das Portarias n.ºs 40 e 46, de 10 de Janeiro de 2024 - DPE/AP, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, demais legislação aplicável, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/07/2026.

HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido de desoxirribonucleico) "*in vivo*", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá em toda a sua extensão (Sede Administrativa, Anexos I e II e núcleos regionais) conforme condições, especificações e quantidades estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em LOTE ÚNICO, conforme subitem 1.2 do Termo de Referência.

1.3. A definição mínima dos serviços e estimativa de quantidades encontra-se no subitem 1.2 do Termo de Referência, parte integrante deste Edital, indicando inclusive sua quantidade mínima e máxima, de acordo com art. 14, incisos I e II, da Portaria n.º 46, de 2024 - DPE/AP.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor valor global por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, conforme Portaria n.º 46/2024 - DPE/AP.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei n.º 14.133, de 2021 para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço com menor preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5, assim como nas demais declarações, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor ____ (unitário, total) ____ do lote;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, observando integralmente as especificações, requisitos e condições definidos no Termo de Referência.

5.1.3. Quantidade exata de acordo com o Termo de Referência.

5.1.4. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, de acordo com o art. 14, IV, da Portaria nº 46, de 2021 - DPE/AP.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. A licitante deverá apresentar preços que considerem todos os requisitos da contratação, nos termos do art. 14, III, alínea “a”, da Portaria nº 46, de 2021 - DPE/AP.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances

intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da

primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a

consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Portaria nº 40, de 10 de janeiro de 2024, Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de

referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por formato digital, via sistema Compras.gov.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no Portaria nº 40, de 2024, da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13.3. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64, e Portaria nº 40, de 2024 - DPE/AP.

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo

disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. É vedada a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e a padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.9. A fim de promover a imparcialidade e a equidade nos processos de contratação pública, é vedada a participação da Defensoria Pública em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, em consonância ao inciso VII do art. 14, da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

10. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3. Na hipótese de previsão, no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Defensoria Pública convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.1.1. Exitosa a negociação, referente ao item anterior, a Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.1.2. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, este será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

11.1.3. Na hipótese prevista no item anterior, a Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

11.1.4. A Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, cancelará a ata de registros de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que se refere o item anterior, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado;

11.1.5. Na hipótese de redução de preços registrado, a Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociações com vistas à alteração contratual.

11.2. O fornecedor poderá requerer à DPE/AP, a alteração do preço registrado, quando este se tornar inferior àquele praticado no mercado.

11.3. O requerimento deverá observar o que dispõe o item 10.1 e seus subitens, e deve estar acompanhado de:

11.3.1. prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento de compromisso registrado em ata;

11.3.2. documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre inviabilidade de manutenção do preço registrado.

11.4. Na hipótese de não comprovação dos requisitos estabelecidos no item 11.3:

11.4.1. o pedido será indeferido pela DPE/AP;

11.4.2. o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento de seu registro, sem prejuízo das aplicações das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5. Formalizado o cancelamento ao que se refere o item 11.4.2, a Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, observado ao que dispõe o item 14 deste Edital.

11.6. A DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, cancelará a ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações ao que se refere ao item 11.5.

11.7. Comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 11.2, 11.3 e seus subitens, a DPE/AP, enquanto órgão gerenciador:

11.7.1. alterará o preço registrado, observado os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadoras da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

11.7.2. comunicará o novo preço aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata, para eventual alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. A Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, cancelará o registro do fornecedor quanto este:

12.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

12.1.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido sem justificativa razoável;

12.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 11.4 e seus subitens;

12.1.4. for apenado com sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. No que se refere ao item 12.1.4, a Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, caso a penalidade aplicada ao fornecedor, não ultrapasse o prazo de vigência da ata, sendo vedadas, contudo, novas contratações dela decorrentes enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho da Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Cancelado o registro do fornecedor, a Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro reserva, observada a ordem de classificação.

12.5. A Defensoria Pública, enquanto órgão gerenciador, poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados na ata:

12.5.1. por razão de interesse público;

12.5.2. a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado;

12.5.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do item 11.1.4 e do item 11.6 deste Edital.

13. REAJUSTE

13.1. Dos preços registrados na Ata de Registros de Preços

13.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que repercuta nos custos dos serviços registrados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços e os princípios da economicidade, da vantajosidade e da preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

13.1.2. Verificada a redução dos preços praticados no mercado em relação aos preços registrados, o órgão gerenciador promoverá as negociações necessárias junto ao fornecedor registrado, visando à adequação dos preços às novas condições mercadológicas, de modo a preservar a vantajosidade da Ata para a Administração.

13.1.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, em decorrência de fato superveniente, excepcional, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que comprovadamente inviabilize a execução do objeto nas condições originalmente pactuadas, o fornecedor poderá requerer a revisão dos preços registrados, mediante apresentação de requerimento formal devidamente fundamentado e instruído com documentação idônea que demonstre a efetiva ocorrência do evento alegado e seu impacto direto sobre os custos da contratação.

13.1.4. O pedido de revisão deverá estar acompanhado de memória de cálculo detalhada, planilhas de composição de custos, documentos fiscais, contratos, índices setoriais, pesquisas de mercado ou quaisquer outros elementos probatórios aptos a demonstrar a variação extraordinária dos custos e o nexo causal entre o evento superveniente e a alteração do equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

13.1.5. Recebido o pleito, a Administração procederá à análise técnica e jurídica da documentação apresentada, podendo realizar diligências, solicitar esclarecimentos complementares, promover pesquisa de mercado e instaurar procedimento de negociação com o fornecedor, visando à obtenção da solução mais vantajosa para o interesse público.

13.1.6. O reconhecimento do direito à revisão dos preços registrados ficará condicionado à comprovação objetiva da ruptura da equação econômico-financeira originalmente estabelecida, não sendo admitidas alegações genéricas, estimativas desacompanhadas de elementos comprobatórios ou variações ordinárias de mercado inerentes ao risco normal da atividade econômica desenvolvida pelo fornecedor.

13.1.7. Caso reste demonstrada a inviabilidade de manutenção dos preços registrados e não seja possível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por meio de negociação, o fornecedor poderá ser liberado, total ou parcialmente, dos compromissos assumidos em relação aos itens afetados, sem aplicação de penalidades, desde que comprovada a veracidade dos fatos alegados e observados os procedimentos previstos na legislação e na regulamentação aplicáveis.

13.1.8. As alterações dos preços registrados deverão ser formalizadas mediante termo aditivo ou instrumento equivalente admitido pela legislação vigente, produzindo efeitos somente após a respectiva formalização e divulgação, vedada a concessão de efeitos retroativos, salvo quando expressamente autorizados por norma legal ou entendimento vinculante dos órgãos competentes.

13.1.9. A atualização ou revisão dos preços registrados não se confunde com o reajuste dos preços dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.1.10. A mera existência da Ata de Registro de Preços não gera direito subjetivo à contratação, nem assegura ao fornecedor a manutenção de quantitativos estimados, permanecendo as futuras contratações condicionadas à conveniência, oportunidade e necessidade da Administração, bem como à manutenção das condições de vantajosidade da contratação.

13.2. Dos preços dos Contratos decorrentes da Ata de Registros de Preços

13.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 12/05/2026, nos termos do art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Defensoria Pública, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Defensoria Pública do Amapá pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação concedida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venham a ser extinto ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

13.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DO TERMO DO CONTRATO

15.1. A contratação com o fornecedor registrado na Ata, de acordo com a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 32, da Portaria nº 46, de 2024 – DPE/AP.

15.2. Caso a formalização com o fornecedor registrado na Ata seja realizada por instrumento contratual, este terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual ou documento hábil deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

15.4. A recusa injustificada em assinar o Contrato implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando a empresa à aplicação das sanções legalmente estabelecidas.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

17.1.5. fraudar a licitação.

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.6.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

17.1.6.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção).

17.2. Com fulcro no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10

(dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da contratação.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor da contratação.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas no edital.

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@defensoria.ap.def.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Eliezer Levy, 1157, Centro, Macapá/AP - CEP. 68.900-083, Setor de Protocolo.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas no catálogo eletrônico de padronização (CATMAT) do Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

19.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

19.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.12.1. ANEXO I - Termo de Referência - TR;

19.12.1.1. Apêndice I do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP.

19.12.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

19.12.3. ANEXO III - Modelo de Declaração;

19.12.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;

19.12.5. ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Macapá/AP, 23 de junho de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
FABRÍCIO BRUNO DE SOUZA BARATA
Agente de Contratação – CLCC/DPE-AP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido de desoxirribonucleico) "*in vivo*", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá em toda a sua extensão (Sede Administrativa, Anexos I e II e núcleos regionais), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. As especificações e quantidades estão descritas abaixo:

LOTE ÚNICO - CATSER 20540								
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ZONA		UND.	QNT. MIN.	QNT. MÁX.	VALOR MÉDIO ESTIMADO (R\$)	
							VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a equipe técnica.</p> <p>O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC 17025 ou equivalente), com responsável técnico habilitado.</p> <p>O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão.</p> <p>Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.</p>	Zona 1	Macapá Anexo II	Serviço/ exame	01	170	R\$450,00	R\$76.500,00
			Santana					
			Mazagão					
		Zona 2	Porto Grande		01	75	R\$450,00	R\$33.750,00
			Ferreira Gomes					
			Pedra Branca					
		Zona 3	Calçoene		01	75	R\$450,00	R\$33.750,00
			Amapá					
			Tartarugalzinho					
		Zona 4	Laranjal do Jari		01	50	R\$450,00	R\$22.500,00
			Vitória do Jari					
		Zona 5	Oiapoque		01	30	R\$450,00	R\$13.500,00
02	<p>Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo DUO (filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a equipe técnica.</p> <p>O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC</p>	Zona 1	Macapá Anexo II	Serviço/ exame	01	105	R\$450,00	R\$47.250,00
			Santana					
			Mazagão					
		Zona 2	Porto Grande		01	30	R\$450,00	R\$13.500,00
			Ferreira Gomes					
			Pedra Branca					
		Zona 3	Calçoene		01	30	R\$450,00	R\$13.500,00
			Amapá					

17025 ou equivalente), com responsável técnico habilitado. O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão. Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.		Tartarugalzinho				
	Zona 4	Laranjal do Jari	01	25	R\$450,00	R\$11.250,00
		Vitória do Jari				
	Zona 5	Oiapoque	01	10	R\$450,0	R\$4.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 270.000,00

1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.

1.4. O quantitativo apresentado no **subitem 1.2** deste Termo está em conformidade com a necessidade desta Defensoria, de acordo com a justificativa constante no item 9 do Estudo Técnico Preliminar. Além disso, os serviços serão contratados sob demanda, conforme a necessidade da instituição.

1.5. As especificações do objeto foram definidas utilizando-se como parâmetro o catálogo eletrônico da padronização (art. 6º, §2º, da Portaria nº 38/2024 - DPE/AP e art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021), com os códigos CATSER 20540, que correspondem a Exame de DNA e ajustar tais pontos ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, como prevê o art. 5º e o art. 11, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o parágrafo único do art. 10, da Portaria nº 40/2024 - DPE/AP.

1.6. Para integrar esse princípio à economia circular no ciclo de vida dos objetos, é importante que o fornecedor possua capacidade para atender aos critérios de sustentabilidade aqui requisitados (subitem 4.2.7), a fim de garantir a eficiência e a contribuição para um futuro mais sustentável e equitativo.

1.7. Da natureza da contratação

1.7.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois suas especificações, padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, além de serem amplamente conhecidas no mercado, como esclarece o art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como art. 2º, I da Portaria nº 32/2024 - DPE/AP e, ainda, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.7.2. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria bens e serviços de luxo, conforme descrição contida no art. 4º, inciso III, da Portaria nº 32, de 2024 - DPE/AP.

1.8. Da Intenção de Registro de Preços

1.8.1. Tendo em vista a solução escolhida, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, foi aberta a Intenção de Registro de Preços nº 927560 - 00008/2026, atuando a Defensoria Pública do Estado do Amapá como órgão gerenciador e participante.

1.8.2. Sendo a Defensoria Pública do Estado do Amapá a única participante da Intenção de Registro de Preços, o procedimento previsto o art. 86 da Lei 14.133/2021 foi dispensado, conforme §1º do referido artigo.

1.9. Da vigência da Ata de Registro de Preços

1.9.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, sendo que o quantitativo originalmente registrado poderá ser restabelecido, nos termos do art. 1º, da Portaria nº 823, de 2025 - DPE/AP, que alterou dispositivos (art. 21 e art. 22) da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP, norma que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 21, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

1.9.2. Por força do art. 20, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Defensoria Pública a contratar, facultada a realização de licitação ou de contratação direta específica para o fornecimento pretendido, desde que devidamente justificado.

1.9.3. O instrumento de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida conforme subitem 1.12.2. deste Termo de Referência.

1.10. Da adesão a Ata de Registro de Preços

1.10.1. Poderá ser admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente da futura licitação, nos termos do o art. 31, da portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

1.10.2. O procedimento para a adesão a ata de registro de preços deverá ser realizado por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>) observando os seguintes requisitos:

1.10.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável

desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

1.10.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133, de 2021; e

1.10.2.3. consulta e aceitação prévias da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e do fornecedor.

1.11. Do termo de contrato

1.11.1. A contratação com o fornecedor registrado na Ata, de acordo com a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 32, da Portaria nº 46, de 2024 – DPE/AP.

1.11.2. Caso a formalização com o fornecedor registrado na Ata seja realizada por instrumento contratual, este terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.11.3. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual ou documento hábil deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

1.11.4. Se o fornecedor convocado não assinar o Termo de Contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, poderão ser convocados os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor dispostos no Cadastro Reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis;

1.11.5. A recusa injustificada em receber a Nota de Empenho e assinar o Contrato ou seu substituto implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando a empresa à aplicação das sanções legalmente estabelecidas.

1.12. Local da prestação dos serviços

1.12.1. As condições e os locais da prestação dos serviços bem como as regras para recebimento provisório e definitivo estão previstas no item 5 (Modelo de Execução do Objeto) deste Termo.

1.13. Subcontratação

1.13.1. Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, é ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 6º, inciso I, item 3, da Portaria nº 38, de 2024 - DPE/AP. As condições da subcontratação estão estabelecidas no subitem 4.2.8 deste Termo de Referência.

1.14. Da garantia

1.14.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.15. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.15. Os serviços são classificados como execução indireta, cujo regime é empreitada por preço unitário, visto que o objeto envolve serviços repetitivos, mensuráveis por unidade, cujo total pode variar conforme a demanda efetiva durante a vigência do contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Constituição Federal, em seu art. 134, determina que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, da forma integral e gratuita aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da CF/88.

2.2. No Estado do Amapá, a Lei Complementar nº 121 de 31 de dezembro de 2019, trata da organização da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE-AP, nos termos do Art. 156 da constituição estadual. A LC 121/2019, no §1º, do Art. 1º estabelece que a esta estenderá os seus serviços por todas as Comarcas do Estado, de acordo com as necessidades do serviço e as disponibilidades materiais e orçamentárias.

2.3. O ordenamento jurídico brasileiro garante o reconhecimento de paternidade como um direito fundamental, personalíssimo, indisponível e imprescritível. Vejamos:

Constituição Federal de 1988:

Art. 227. (...)

§6º. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou

separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

Lei nº 8.560/1992 - Lei de Investigação de Paternidade

Art. 1º. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro de nascimento;

II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV - por manifestação expressa e direta perante o juiz, ainda que reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

Art. 2º. Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.

Art. 2º A - Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos.

Lei nº 10.406/2002 - Código Civil

Art. 1.610. O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.

Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça

Art. 507. O reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação.

2.4. Nota-se que a legislação brasileira adota uma abordagem ampla e avançada em relação ao reconhecimento da paternidade, assegurando o direito à filiação como expressão da dignidade da pessoa humana. Esse reconhecimento pode ocorrer tanto por vias consensuais quanto por decisão judicial.

2.5. Ao estabelecer legalmente o vínculo entre pai e filho, assegura-se o acesso a direitos básicos como nome, pensão alimentícia, herança e a convivência familiar, elementos imprescindíveis para o desenvolvimento psicológico e emocional do indivíduo. Esse reconhecimento promove a autoestima da criança e evita sentimentos de abandono, impactando positivamente sua trajetória de vida.

2.6. Além disso, o reconhecimento de paternidade reforça a responsabilidade parental, combatendo a invisibilidade paterna e assegurando que todos os filhos, independentemente de sua origem, tenham os mesmos direitos perante a lei. É um ato que fortalece a estrutura familiar, amplia a rede de apoio à criança, criando um ambiente mais estável e seguro e contribui para uma sociedade mais justa e igual, na qual os deveres e direitos dos pais são formalizados e cumpridos.

2.7. De acordo com dados disponibilizados no [sítio oficial da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais \(Arpen-Brasil\)](#), com base na Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC Nacional), 159.262 crianças nascidas em 2024 no Brasil não possuem o nome do pai incluído em seus registros civis de nascimento. Dentre as regiões do país, o Norte corresponde a 9% do percentual de registros sem paternidade declarada.

2.8. A tabela a seguir oferece um panorama detalhado dos registros de nascimento nos municípios do Amapá em 2025, com foco no número de crianças registradas sem o nome do pai. Os dados revelam a porcentagem de nascimentos em que a paternidade não foi estabelecida, destacando as áreas com maior índice de ausência paterna.

Município	Nascimentos Registrados (2025)	Crianças Registradas apenas no nome da mãe (pais ausentes)	% de Pais Ausentes/ Nascimentos
Amapá	132	14	11%
Calçoene	153	33	22%
Cutias	8	1	13%
Ferreira Gomes	144	19	13%
Itaubal	99	18	18%
Laranjal do Jarí	601	91	15%
Macapá	10.114	1.334	13%
Mazagão	395	52	13%
Oiapoque	524	60	11%
Pedra Branca	172	18	10%

Porto Grande	268	43	16%
Pracuúba	71	9	13%
Santana	648	87	13%
Serra do Navio	55	4	7%
Tartarugalzinho	246	32	13%
Vitória do Jari	192	21	11%

Fonte: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>

2.9. Embora Macapá concentre o maior volume absoluto de casos, municípios como Calçoene (22%), Itaúbal (18%) e Porto Grande (16%) apresentam percentuais de pais ausentes que chegam a quase um quinto do total de nascimentos, indicando que a proporção de desfalques paternos é alarmante em diversas localidades, não se restringindo aos grandes centros.

2.10. Diante desses números, fica evidente que o reconhecimento de paternidade é um desafio disseminado por todo o Estado, o que justifica plenamente a implementação de um serviço que abranja a totalidade do Amapá.

2.11. O Conselho Nacional das Defensoras e Defensores-Públicos Gerais (CONDEGE), idealizou a ação nacional “*Meu Pai Tem Nome*”, que ocorre de forma sincronizada com as Defensorias Públicas do Brasil. É uma iniciativa de grande impacto social, cujo principal objetivo é garantir o direito fundamental à filiação, promovendo o reconhecimento de paternidade de crianças, adolescentes e adultos que não possuem o nome do pai em suas certidões de nascimento de forma gratuita e desburocratizada.

2.12. A Defensoria Pública atua como porta de entrada para a população hipossuficiente ter acesso à justiça. A campanha “*Meu Pai Tem Nome*” concretiza esse acesso ao oferecer um caminho simplificado e gratuito para o reconhecimento de paternidade.

2.13. Um dos pilares da campanha é incentivar o reconhecimento voluntário da paternidade. Muitos casos são resolvidos de forma consensual, por meio de mediação e conciliação, onde o suposto pai comparece e reconhece a filiação.

2.14. Para os casos em que há dúvida sobre a paternidade ou o suposto pai não reconhece espontaneamente, a campanha disponibiliza, atualmente, apenas exames de DNA “*in vivo*”, do tipo trio, gratuitos. Essa é uma ferramenta crucial, pois a prova genética é praticamente irrefutável e acelera a resolução dos casos.

2.15. É necessário esclarecer que o exame de DNA “*in vivo*”, do tipo **TRIO**, é um teste genético que envolve três pessoas: geralmente a criança, a mãe e o suposto pai. Este tipo de exame é chamado de “*in vivo*” porque as amostras de DNA (sangue ou saliva) são coletadas de organismos vivos e pode confirmar a paternidade ou a maternidade com alta precisão, pois cada pessoa tem um padrão genético único, mas que é uma combinação dos padrões dos pais.

2.16. No entanto, há situações onde a genitora é falecida ou está ausente, para esses casos, afim de garantir o direito a paternidade, seria necessário a utilização do exame de DNA “*in vivo*” do tipo **DUO**. Para esse exame, como seu nome sugere, é necessário apenas o material genético do filho requerente e do suposto pai.

2.17. Assim, ao focar na resolução extrajudicial e consensual sempre que possível, a campanha contribui para desafogar o Poder Judiciário. Os exames de DNA, ao fornecerem uma prova técnica conclusiva, permitem que muitos processos sejam concluídos de forma mais rápida e eficiente.

2.18. Ainda que a campanha seja uma iniciativa de grande visibilidade para promover o reconhecimento de paternidade, a demanda de realização de exames laboratoriais de DNA não se destina exclusivamente ao atendimento dessa ação.

2.19. Nada obstante a relevância e a visibilidade da campanha nacional “*Meu Pai Tem Nome*”, ressalta-se que a necessidade de contratação de serviços laboratoriais para realização de exames de DNA não possui caráter exclusivo ou sazonal vinculado a esse evento. A Defensoria Pública do Estado do Amapá apresenta demandas contínuas e ininterruptas por exames de investigação de vínculo genético humano, indispensáveis à instrução de processos judiciais de investigação ou negatória de paternidade, ações de alimentos, regulamentação de guarda, convivência familiar e demais demandas afetas ao Direito de Família.

2.20. Dados levantados pela Corregedoria-Geral da DPE/AP, por meio do Processo Administrativo SEI nº [25.0.000005948-2](#), mediante informações extraídas do Sistema SOLAR — plataforma institucional de gestão de atendimentos, procedimentos e atos processuais — ratificam a existência de demanda permanente e ininterrupta por perícias genéticas no âmbito da Instituição.

2.21. Ressalta-se que os indicadores apurados transcendem a circunscrição da Capital, evidenciando uma necessidade fática e jurídica capilarizada por todos os 12 (doze) Núcleos Regionais da DPE/AP, bem como pelas respectivas localidades vinculadas. A distribuição geográfica dos atendimentos demonstra que a necessidade de acesso à prova técnica genética está presente em todas as regiões do Estado, impondo a adoção de solução que assegure isonomia no atendimento e efetividade ao direito fundamental à filiação para os assistidos residentes tanto na capital quanto nos municípios do interior.

2.22. Os registros mencionados evidenciam que a necessidade de realização de perícias genéticas não se condiciona a ações sazonais ou campanhas pontuais, integrando, em verdade, o fluxo ordinário da atividade forense e a missão institucional da Defensoria Pública de promover o acesso à justiça, a proteção das relações familiares e a efetivação dos direitos fundamentais dos seus assistidos.

2.23. Portanto, a contratação ora pretendida visa não apenas atender à demanda decorrente da campanha “*Meu Pai Tem Nome*”, tradicionalmente realizada no mês de agosto, mas também viabilizar, de forma contínua, descentralizada e eficiente, o atendimento das requisições de exames de DNA oriundas das atividades finalísticas da DPE/AP, contribuindo para a celeridade processual, a uniformidade na prestação dos serviços e a garantia integral dos direitos da população amapaense.

2.24. Nesse contexto, a disponibilização permanente dos exames de DNA constitui medida indispensável para assegurar a adequada instrução dos processos judiciais e extrajudiciais que dependam da comprovação de vínculo genético, conferindo maior segurança jurídica às decisões e efetividade à tutela dos direitos relacionados à filiação e à dignidade da pessoa humana.

2.25. A realização de exames de DNA não é uma atribuição finalística da Defensoria Pública, cuja atividade demanda uma estrutura especializada de equipamentos, insumos e corpo técnico, recursos que fogem da estrutura organizacional da DPE/AP. Portanto, esse serviço se categoriza como uma atividade material e complementar aos objetivos e a área de competência legal da instituição, justificando, assim, a contratação de empresa especializada para sua execução, garantindo a segurança jurídica e a qualidade contínua aos assistidos.

2.26. A prestação dos serviços laboratoriais de exame de DNA configura serviço de natureza contínua, uma vez que sua necessidade subsiste de forma ininterrupta ao longo do tempo e está diretamente relacionada à garantia do acesso à justiça e à efetivação de direitos fundamentais dos assistidos. A continuidade da execução contratual mostra-se essencial para assegurar a regular tramitação dos procedimentos patrocinados pela DPE/AP, não sendo possível interromper a prestação sem comprometer a consecução do interesse público subjacente.

2.27. Eventual descontinuidade ou indisponibilidade desses serviços acarretaria impactos significativos à atuação institucional, incluindo o represamento de demandas, o atraso na produção de provas técnicas indispensáveis à formação do convencimento judicial, a ampliação do tempo de tramitação processual e a postergação da solução de conflitos familiares. Além disso, poderia resultar na restrição do exercício do direito fundamental à identidade genética e à filiação, afetando diretamente crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade atendidos pela Defensoria Pública.

2.28. A interrupção da prestação também comprometeria a eficiência administrativa e a capacidade operacional da DPE/AP, gerando prejuízos à execução de suas atividades finalísticas, à efetividade da assistência jurídica integral e gratuita e ao cumprimento de sua missão constitucional de promoção dos direitos humanos e acesso à justiça. Assim, a manutenção contínua e regular dos serviços de exames de DNA revela-se medida necessária para assegurar a adequada prestação do serviço público, a proteção dos direitos dos assistidos e a observância dos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

2.29. Diante disso, é evidente a necessidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços laboratoriais voltados à investigação de vínculo genético humano simples, por meio de exame de DNA “*in vivo*” dos tipos TRIO (mãe, filho e suposto pai) e DUO (filho requerente e suposto pai), que é fundamental para viabilizar juridicamente o reconhecimento de paternidade, garantindo segurança técnica, precisão nos resultados e respaldo legal aos procedimentos conduzidos pela DPE/AP.

2.30. Assim, busca-se realizar a contratação através da seleção da proposta que gere o resultado mais vantajoso para a Administração, observando os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além daqueles outros princípios dispostos no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

2.31. Plano de Contratações Anuais

2.31.1. O objeto da contratação está previsto no PCA 2026 da Defensoria Pública, devidamente publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br/app/pca/11762144000100/2026>), bem como no sítio oficial da DPE/AP (<https://dpe3.ap.def.br/transparencia/>), em atendimento ao que prevê o art. 10, § 2º e § 3º da Portaria nº 33/2024 - DPE/AP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Como já esclarecido no item 8 e seguintes do Estudo Técnico Preliminar, a solução para o atendimento da demanda é a contratação de serviço através de processo administrativo licitatório realizado pela própria Defensoria Pública, em que o método de compra se dará através da modalidade de licitação **Pregão**, na sua forma **Eletrônica**, cujo critério de julgamento será o **menor preço por lote**, processado pelo procedimento auxiliar de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, art. 2º, inciso I e art. 6º da Portaria nº 40/2024 - DPE/AP, bem como art. 3º, inciso I e IV da Portaria 46/2024 - DPE/AP, visto que a necessidade de contratações frequentes cuja quantidade e cronologia exata de execução é imprevisível.

3.1.1. A justificativa quanto a escolha pelo não parcelamento da solução e zoneamento foi discriminada no item 10 do Estudo Técnico Preliminar.

3.2. A descrição pormenorizada da solução encontra-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços laboratoriais de exames de DNA “*in vivo*”, do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e do tipo DUO (filho e suposto pai), para investigação de vínculo genético humano simples.

4.2. E, para que o atendimento da presente demanda seja alcançado, é necessário observar os seguintes requisitos:

4.2.1. Requisitos do negócio

4.2.1.1. Exame de DNA "in vivo" tipo TRIO

- 4.2.1.1.1.** Realização de exames de DNA "in vivo", do tipo trio (mãe, filho e suposto pai);
- 4.2.1.1.2.** Coleta de amostras de forma ética e segura;
- 4.2.1.1.3.** Transporte adequado das amostras para o laboratório;
- 4.2.1.1.4.** Análise genética com utilização de técnicas modernas e certificadas;
- 4.2.1.1.5.** Emissão de laudos técnicos detalhados e conclusivos;
- 4.2.1.1.6.** Garantia de confidencialidade e integridade das informações genéticas.

4.2.1.2. Exame de DNA "in vivo" tipo DUO

- 4.2.1.2.1.** Realização de exames de DNA "in vivo", do tipo duo (filho e suposto pai);
- 4.2.1.2.2.** Coleta de amostras de forma ética e segura;
- 4.2.1.2.3.** Transporte adequado das amostras para o laboratório;
- 4.2.1.2.4.** Análise genética com utilização de técnicas modernas e certificadas;
- 4.2.1.2.5.** Emissão de laudos técnicos detalhados e conclusivos;
- 4.2.1.2.6.** Garantia de confidencialidade e integridade das informações genéticas.

4.2.1.3. Os laudos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da coleta, em local e horário predeterminado pela DPE/AP.

4.2.2. Requisitos para o reexame (contraprova e recoleta)

4.2.2.1. O reexame poderá ser solicitado pela Administração nos seguintes casos:

- I.** Resultado inconclusivo;
- II.** Divergência entre dados cadastrais e amostras coletadas;
- III.** Indícios de falha técnica, contaminação ou quebra da cadeia de custódia;
- IV.** Impugnação fundamentada por uma das partes envolvidas;
- V.** Determinação judicial.

4.2.2.2. O reexame será realizado mediante nova coleta de material biológico, observando os mesmos padrões técnicos do exame inicial.

4.2.2.3. O custo do reexame será de responsabilidade da contratada quando:

- I.** Houver erro técnico;
- II.** Houver inconclusividade do exame;
- III.** Houver falha na cadeia de custódia.

4.2.2.4. O custo do reexame poderá ser suportado pela Administração quando:

- I.** Houver solicitação por conveniência administrativa;
- II.** Houver determinação judicial sem indício de falha técnica.

4.2.2.5. O prazo para emissão do novo laudo será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da nova coleta.

4.2.2.6. O laudo de reexame deverá:

- I.** Indicar expressamente tratar-se de contraprova;
- II.** Apresentar comparativo técnico com o exame anterior;
- III.** Apontar justificativa para eventual divergência de resultados.

4.2.2.7. Em caso de divergência entre o exame original e o reexame, deverá ser realizado terceiro exame confirmatório, sem ônus para a Administração, prevalecendo o resultado confirmado por maioria técnica.

4.2.2.8. Todos os procedimentos de reexame deverão observar rigorosamente os princípios da cadeia de custódia, rastreabilidade e integridade das amostras.

4.2.3. Requisitos de qualidade do laudo:

4.2.3.1. O laudo deve ser claro, objetivo, conter a metodologia utilizada, os resultados da análise e apresentar índice de paternidade igual ou superior a 99,99% para resultados positivos e 0% para exclusão, conforme padrões forenses;

4.2.3.2. O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão.

4.2.3.3. Garantia de que os resultados sejam repetíveis e que o laudo tenha aceitação plena em âmbito judicial.

4.2.4. Requisitos de segurança da informação e privacidade

4.2.4.1. Atendimento às diretrizes de segurança, incluindo controle de acesso e proteção de dados sensíveis, naquilo que couber;

4.2.4.2. Conformidade com normas e políticas institucionais de segurança da informação, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e outras regulamentações de segurança da informação aplicáveis.

4.2.4.3. Adoção de protocolos de segurança digital e física das amostras e resultados.

4.2.5. Requisitos temporais

4.2.5.1. Os laudos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da coleta, em local e horário predeterminado pela DPE/AP, sendo os laudos disponibilizados por meio físico e virtual.

4.2.6. Requisitos técnicos e operacionais

4.2.2.1. Experiência comprovada na realização de exames de DNA para investigação de vínculo genético;

4.2.2.2. Corpo técnico qualificado e em número suficiente para atender a demanda;

4.2.2.3. Capacidade de fornecer resultados com alta precisão e confiabilidade;

4.2.2.4. Suporte técnico e atendimento ao cliente durante todo o processo;

4.2.2.5. Certificações e creditações que assegurem a qualidade dos serviços prestados.

4.2.7. Requisitos de Sustentabilidade

4.2.7.1. O art. 5º e o art.11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 destacam a importância da sustentabilidade como um dos princípios fundamentais a serem observados nas contratações públicas. Isso significa que a Administração deve buscar contratar serviços e adquirir produtos de forma a promover o desenvolvimento sustentável, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos, como prevê o parágrafo único do art. 10, da Portaria nº 40/2024 - DPE/AP.

4.2.7.2. Assim, a futura Contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, atendendo aos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 8ª Edição, Outubro/2025, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010, regulamentado pelo Decreto nº 10.936/2022).

4.2.7.3. Os critérios de sustentabilidade deve abranger cada fase do ciclo de vida do objeto que, minimamente, abrange o seguinte:

4.2.7.3.1. Coleta de amostras biológicas: uso de materiais de coleta que gerem menos resíduos, como kit biodegradáveis;

4.2.7.3.2. Transporte das amostras para o laboratório: optar por logísticas otimizadas;

4.2.7.3.3. Extração do DNA: uso de reagentes e produtos químicos que tenham menor impacto ambiental, como aqueles que não são tóxicos e utilização de técnicas que utilizem menores volumes de reagentes.

4.2.7.3.4. Amplificação do DNA: uso de equipamentos de PCR e outros instrumentos que sejam energeticamente eficientes e programas de reciclagem para tubos, ponteiras e outros consumíveis utilizados durante a amplificação do DNA.

4.2.7.3.5. Sequenciamento do DNA: preferência por plataformas de sequenciamento que consomem menos energia e recursos e implementação de sistemas de controle ambiental nos laboratórios para reduzir as emissões de gases e vapores.

4.2.7.4. E também deve se atentar para:

4.2.7.4.1. Gestão de resíduos: implementação de um programa robusto de gestão de resíduos para reciclar e descartar de forma correta todos os resíduos gerados (kits, reagentes, tubos, ponteiras, etc...).

4.2.7.4.2. Economia circular: adotar práticas que promovam o uso de economia circular, como a reutilização de materiais sempre que possível e a busca por fornecedores que também sigam práticas sustentáveis;

4.2.7.4.3. Responsabilidade social: garantir que as práticas laboratoriais não apenas protejam o meio ambiente, mas também promovam a saúde e a segurança dos funcionários e da comunidade.

4.2.7.5. A Contratada também deverá estar em conformidade com todas as leis, requerimentos e normas técnicas pertinentes à área de análises clínicas e genética forense, incluindo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

4.2.7.6. Deverá adotar boas práticas de laboratório e gestão de qualidade, minimizando riscos e garantindo a segurança dos dados e das amostras;

4.2.7.7. Por fim, deverá ser observado, no que couber, as disposições estabelecidas nos itens 5.1, 5.2 e 5.3 da Portaria nº 393/2024 - DPE/AP, que institui a Defensoria Verde - plano de sustentabilidade e uso racional dos recursos públicos.

4.2.8. Requisitos de Subcontratação

4.2.8.1. Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, É ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 6º, inciso I, item 3, da Portaria nº 38, de 2024 - DPE/AP, nas seguintes condições:

4.2.8.2. A empresa Contratada poderá subcontratar os serviços de coleta e transporte das amostras dos exames (tipo TRIO e DUO) realizados nos núcleos regionais (zonas 2, 3 4 e 5, conforme subitem 1.2 deste Termo de Referência) da DPE/AP

4.2.8.3. A Contratada deverá apresentar à Contratante a documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (relativos a coleta e transporte de amostras biológicas/laboratoriais), que será avaliada e juntada aos autos, no termos do art nº 67, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.8.3.1. A comprovação de capacidade técnica da subcontratada estará limitada a 25% das quantidades dos serviços referentes aos exames de DNA tipo TRIO.

4.2.8.3.2. A escolha se dá em decorrência do valor significativo correspondendo a mais de 50% do valor total da estimado da contratação, conforme §1º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

4.2.8.4. A Contratada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista por parte da subcontratada;

4.2.8.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.2.8.6. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.8.7. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2.8.8. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para a subcontratada, ou seja, nos casos de subcontratação, a Contratada permanece integralmente responsável perante a Contratante pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas;

4.2.8.9. A Contratada será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, não tendo os empregados da Contratada e Subcontratada qualquer vínculo com a DPE/AP.

4.2.8.10. No caso da subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.2.8.11. A Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.2.8.12. A Contratada deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.2.8.13. A Contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.2.9. Garantia da Contratação

4.2.9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: a execução dos serviços terá início imediato após a assinatura do contrato ou recebimento de documento equivalente, condicionado a emissão da Ordem de Serviços (OS), conforme a necessidade da Defensoria.

5.1.2. Local da prestação dos serviços

5.1.2.1. A Contratada deverá dispor de capacidade técnico - operacional para o atendimento, caso necessário, de demandas simultâneas em diferentes locais e/ou municípios, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços em diversas frentes de trabalho.

5.1.2.2. A estrutura local de cada Núcleo Regional poderá ser utilizada para coleta dos materiais genéticos.

5.1.2.3. Os municípios de atendimento foram agrupados em zonas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Zona		Endereço
Zona 1	Macapá	Rua Procópio Rola, nº 500, Centro, Macapá/AP, Macapá/AP, CEP: 68.900-081 - Anexo II.
	Santana	Avenida Santana, nº 534, Centro, Santana/AP, CEP: 68.925-000 - Núcleo de Santana.
	Mazagão	Rua Coaracy Nunes, nº 177, Liberdade, Mazagão/AP - Núcleo Mazagão.
Zona 2	Porto Grande	Avenida Calçoene, nº 155, (esquina com a Rua Bela Vista) - Núcleo Porto Grande.
	Ferreira Gomes	Avenida Coaraci Nunes, S/N, Centro - Núcleo Ferreira Gomes.
	Pedra Branca	Avenida Francisco Braz, S/N - Centro - Núcleo Pedra Branca do Amapari.
Zona 3	Calçoene	Rua Lúcio Tavares, nº 217, Centro - Núcleo Calçoene.
	Amapá	Travessa João Franklin Távora, nº 344, Sete Mangueiras - Núcleo Amapá.
	Tartarugalzinho	Avenida Coração de Jesus, S/N (ao lado do SAMU) - Núcleo Tartarugalzinho.
Zona 4	Laranjal do Jari	Avenida Tancredo Neves nº 2865 - Núcleo Laranjal do Jari.
	Vitória do Jari	Rua Pedro Ladislau, S/N, Santa Clara - Núcleo Vitória do Jari.
Zona 5	Oiapoque	Avenida Barão do Rio Branco, nº 200, Centro - Núcleo Oiapoque.

5.1.2.4. Na Ação Meu Pai Tem Nome

5.1.2.4.1. Realizada anualmente, conforme calendário institucional. Estimativa de 50 exames a serem realizados em data e local a serem informados com antecedência mínima de 30 dias a contratada.

5.1.2.4.1.1. O prazo do subitem anterior poderá ser reduzido para 10 (dez) dias no caso da realização da campanha "Meu pai tem nome".

5.1.2.5. Demandas ordinárias

5.1.2.5.2. Fora da campanha nacional, as coletas ocorrerão conforme as demandas rotineiras da DPE/AP, tanto na capital quanto nos Núcleos Regionais, ampliando o acesso da população do interior aos exames de DNA, respeitando a seguinte dinâmica:

5.1.2.5.2.1. A Coordenadoria de Atendimento, em conjunto com a Diretoria-Geral e os Defensores Públicos Coordenadores dos Núcleos Regionais, será responsável pelo levantamento contínuo das necessidades, definição de prioridades, elaboração do calendário zonal de coletas, controle da execução dos serviços e gestão dos exames, por meio de planilhas específicas e relatórios periódicos;

5.1.2.5.2.1.1. A construção do calendário considerará o zoneamento territorial adotado, o levantamento prévio das demandas e as especificidades de cada Município.

5.1.2.5.2.1.2. O cronograma poderá ser adaptado conforme fatores climáticos ou intercorrências operacionais.

5.1.2.5.2.2. As Zonas (agrupamento regional) e seus respectivos Municípios funcionarão como pontos de coleta, e a execução seguirá conforme cronograma anual rotativo a ser definido pela DPE/AP, cujas datas serão confirmadas com antecedência mínima de 30 dias com a Coordenadoria de Atendimento e a empresa Contratada;

5.1.2.5.2.3. A estrutura local de cada Núcleo Regional poderá ser utilizada para coleta dos materiais genéticos, garantindo o acesso da população residente no interior ao serviço contratado.

5.1.2.6. Quadro - resumo da execução dos serviços

Etapas	Descrição
1. Ação "Meu Pai Tem Nome"	Mutirão concentrado com previsão de 50 exames, conforme confirmação prévia dos assistidos.
2. Demandas Ordinárias	Execução das coletas conforme demanda rotineira da DPE/AP, abrangendo a capital e seus Núcleos Regionais.
3. Planejamento e Calendário	Elaboração de cronograma zonal rotativo com base no zoneamento territorial e levantamento prévio das demandas de cada município.
4. Pontos de Coleta	As Zonas e Municípios funcionarão como pontos de coleta.
5. Controle de execução	Planilhas, relatórios e cronogramas de atendimento, sob responsabilidade da DPE/AP

5.2. Rotinas a serem cumpridas

5.2.1. Da coleta e identificação das partes

5.2.1.1. Para as coletas a serem realizadas no dia da Ação, será previamente agendado com o Laboratório a

disponibilização de 02 (dois) ou mais profissionais qualificados para a coleta do material biológico, que deverão estar devidamente identificados pela Contratada através de crachás e uniformes, no local indicado pela Contratante, podendo inclusive tais coletas ocorrerem em finais de semana e feriados.

5.2.1.2. O mesmo procedimento se estabelece para coletas que ocorrerem conforme cronograma anual rotativo.

5.2.1.3. Nos casos envolvendo múltiplos irmãos biológicos gerados na mesma gestação (como gêmeos, trigêmeos, etc.), será considerado um exame individual para cada criança.

5.2.1.4. O responsável pela coleta do material biológico deverá preencher documento que contemple, no mínimo:

5.2.1.4.1. Identificação dos periciados: nome completo, endereço e telefone de contato, documento de identidade com fotografia ou declaração de nascido vivo - DNV ou certidão de nascimento, no caso de crianças que não possuam documentos de identidade com fotografia; data, local de nascimento e sexo;

5.2.1.4.2. Identificação do laboratório e/ou responsável pela coleta: nome completo do responsável pela coleta, documento profissional ou identidade, endereço, telefone e local da coleta; o responsável pela coleta deve ser isento de suspeição ou dos impedimentos prescritos no Código de Processo Civil.

5.2.1.4.3. Suplementarmente aos atos de coleta, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

5.2.1.4.3.1. O responsável pela coleta deve fornecer aos periciados documento que comprove seu comparecimento ao local da coleta com data e hora.

5.2.1.4.3.2. A coleta do material biológico deve ser realizada na presença das partes.

5.2.1.4.3.3. A Contratada deverá usar método de coleta de sangue, em papel FTA, para obtenção de material biológico (DNA) para envio de análise.

5.2.1.4.3.4. Realizada a coleta, independente do local, o acondicionamento do material segue o rigor com o lacre do envelope e assinaturas, conforme indicação no kit de coleta do laboratório Contratado.

5.2.1.4.3.5. Em todos os procedimentos de coleta deverá ser lavrada expressa autorização das partes fornecedoras dos materiais, ou de seus representantes legais, para utilização específica dessas amostras para o exame de vínculo genético.

5.3. Materiais a serem disponibilizados

5.3.1. Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando preciso, como KIT de coleta FTA, luvas descartáveis, álcool 70% ou antisséptico, algodão ou gaze estéril, sacos tipo zip ou envelopes lacráveis, formulários de identificação e autorização, etiquetas de identificação, manual de instruções para a coleta e acondicionamento, material de apoio para os mutirões.

5.3.1.1. Os kits deverão ser baseados, preferencialmente, em papel FTA ou, quando não for possível, tecnologia equivalente, a serem utilizados especialmente em situações que envolvam transporte prolongado, localidades remotas ou necessidade de maior estabilidade da amostra.

5.3.1.2. Todos os kits deverão assegurar a integridade do material biológico, a rastreabilidade das amostras e a validade jurídica dos exames realizados.

5.3.2. Todos os materiais deverão obedecer a padrões técnicos de qualidade, com validade vigente, dentro das normas da ANVISA e demais legislações pertinentes.

5.3.3. A empresa será integralmente responsável pelo fornecimento, rastreabilidade, segurança e descarte e materiais, conforme normas sanitárias, de biossegurança e ambientais aplicáveis.

5.4. Das amostras biológicas

5.4.1. As amostras devem ser identificadas com o nome das partes, de maneira legível e datado.

5.4.2. O Laboratório que realizar o exame deve manter a cadeia de custódia iniciada a partir da coleta, devidamente documentada.

5.5. Laudo Pericial

5.5.1. Os laudos periciais devem contar com o seguintes dados:

5.5.1.1. Nome das partes envolvidas no procedimento;

5.5.1.2. Dados gerais da coleta e do coletor, número do procedimento;

5.12.1.3. Metodologia adotada, que deverá estar descrito no laudo ou nele mencionada;

5.12.1.4. Tabela de frequências alélicas;

5.12.1.5. Descrição de marcadores/sondas utilizadas, genótipos detectados, frequências utilizadas, indicando-as ou suas fontes, fórmulas de cálculo empregadas ou suas fontes;

5.12.1.6. Índices de paternidade/maternidade obtidos por loco e o índice de paternidade/maternidade acumulado, assim como a probabilidade de paternidade/maternidade;

5.12.1.7. Conclusão e referências bibliográficas.

5.12.1.8. Data da expedição do laudo.

5.12.1.9. Indicação do profissional responsável pela emissão do laudo definitivo e a respectiva assinatura, com registro no conselho de classe.

5.12.1.10. Os laudos deverão apresentar índice de paternidade acumulado de no mínimo 99,99% nos exames de Trio.

5.6. Da entrega do laudo pericial

5.6.1. A Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a coleta, deverá entregar o resultado dos exames, em expediente próprio e confidencial, na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Amapá, localizada na Rua Eliezer Levy, nº 1157, Centro, CEP: 68900-083, no horário de 08h00min as 13h00min, Setor de Protocolo, térreo, diretamente a servidor previamente designado.

5.7. Do armazenamento de amostras biológicas e documentação

5.7.1. Deverão ser armazenadas as amostras biológicas de sangue e/ou saliva por, no mínimo, 05 (cinco) anos, a fim de garantir a reprodutibilidade e auditabilidade do exame, além da possibilidade de contraprova em caso de necessidade judicial ou contestação técnica. O armazenamento ocorrerá em condições técnicas adequadas, conforme normas da ANVISA e biossegurança, cabendo a Contratada possuir plano de gestão e segurança para o armazenamento.

5.7.2. O laudo técnico final deve ser mantido em sigilo, garantindo o acesso destas informações à Defensoria Pública do Amapá.

5.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8.1. Para a formulação precisa e abrangente da proposta, os licitantes deverão examinar detalhadamente todos os documentos que integram a licitação.

5.8.2. A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital.

5.8.3. A proposta deverá apresentar obrigatoriamente os preços unitários, que serão utilizados para fins de contratação, pagamento e eventual reequilíbrio econômico-financeiro

5.8.4. O valor da proposta deverá englobar todos os custos necessários para a execução dos serviços contratados, bem como todos os imposto, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros encargos que incidam ou venham incidir sobre o objeto.

5.8.5. Não haverá pagamentos adicionais ou separados referentes a fretes e transportes, nem quaisquer outros, para a execução de quaisquer serviços contratados.

5.8.6. A Contratada deverá assumir o ônus decorrente de eventual equívoco na elaboração de sua proposta.

5.9. Especificação da garantia do serviço

5.9.1. O prazo de garantia dos serviços será regido pelo disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, como prevê o art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. As comunicações entre a DPE/AP e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. São mecanismos formais de comunicação entre a Contratante e a Contratada:

6.3.1.1. Ordem de serviço;

6.3.1.2. E-mail;

6.3.1.3. Telefone.

6.4. A DPE/AP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos

mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7. Preposto

6.7.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7.2. A critério da Contratante, a Contratada deverá manter preposto devidamente designado e investido de poderes para representá-la durante a execução do objeto contratual, especialmente nos períodos de realização das coletas de material biológico, atendimentos presenciais, diligências ou demais atividades relacionadas à prestação dos serviços de exames de DNA, competindo-lhe acompanhar a execução dos serviços, prestar esclarecimentos, receber e cumprir determinações da fiscalização, bem como adotar as providências necessárias à imediata solução de quaisquer ocorrências que possam comprometer a regular execução contratual.

6.7.2.1. A exigência de manutenção de preposto justifica-se pela natureza sensível e especializada dos serviços objeto da contratação, os quais envolvem a realização de exames de DNA destinados à instrução de processos judiciais e administrativos, demandando elevado grau de confiabilidade, rastreabilidade, segurança na cadeia de custódia das amostras biológicas e rigoroso cumprimento dos procedimentos técnicos estabelecidos.

6.7.2.2. Considerando que eventuais intercorrências durante as etapas de identificação dos envolvidos, coleta de material genético, acondicionamento, transporte de amostras, conferência documental ou atendimento aos usuários podem exigir providências imediatas por parte da Contratada, a presença de representante apto a atuar presencialmente constitui medida essencial para assegurar a continuidade dos serviços, a pronta resolução de problemas operacionais e o adequado suporte à fiscalização contratual.

6.7.2.3. Ademais, a exigência visa mitigar os riscos decorrentes de falhas nos meios remotos de comunicação, tais como indisponibilidade de internet, telefonia ou outros sistemas eletrônicos, evitando atrasos, remarcações, perda de amostras, inconsistências cadastrais ou quaisquer situações que possam comprometer a validade técnica dos exames, a confiabilidade dos resultados ou o cumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração e pelos órgãos jurisdicionais demandantes.

6.7.2.4. Ressalte-se que a interrupção, atraso ou execução inadequada dos serviços de exames de DNA pode acarretar impactos relevantes na tramitação de processos judiciais, na produção de provas periciais e na garantia de direitos fundamentais relacionados à investigação de vínculos biológicos e familiares, circunstâncias que reforçam a necessidade de mecanismos eficazes de gestão, acompanhamento e pronta intervenção durante a execução contratual.

6.7.2.5. Busca-se, assim, assegurar maior eficiência, controle, segurança, rastreabilidade, qualidade e confiabilidade na execução do objeto contratado, reduzindo riscos operacionais e contribuindo para o adequado atendimento do interesse público e para a plena consecução das finalidades institucionais da Contratante.

6.7.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8. Da fiscalização técnica, administrativa e do gestor do contrato

6.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, como prevê o art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.2. Fiscalização Técnica

6.8.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Portaria nº 36, de 2024 – DPE/AP);

6.8.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal nº 14.133, de 2021 e art. 20, inciso II, da Portaria nº 36, de 2024 – DPE/AP);

6.8.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.8.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.8.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas determinadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.8.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato

sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8.3. Fiscalização Administrativa

6.8.3.1. O fiscal administrativo do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme prevê o art. 21, incisos II e III, da Portaria nº 36, de 2024 – DPE/AP;

6.8.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.4. Gestor do Contrato

6.8.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (art. 19, da Portaria nº 36, de 2024 – DPE/AP);

6.8.4.2. Acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.8.4.3. Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.8.4.4. Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.8.4.5. Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (art. 19, VIII, da Portaria nº 36, de 2024 – DPE/AP).

6.8.4.6. Deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (alínea “d”, VI, §3º, do art. 174, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 19, VII, da Portaria nº 36, de 2024 - DPE/AP).

6.8.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá ao que prevê a Portaria nº 36, de 2024 – DPE/AP.

6.8.6. A fiscalização técnica e administrativa poderá ser exercida por um único servidor, conforme art. 23, da Portaria nº 36, de 2024 – DPE/AP.

6.8.7. O desempenho das atribuições do fiscal de contrato não exclui tampouco reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios (art. 24, da Portaria nº 36, de 2024 - DPE/AP).

6.8.8. Avaliação de Desempenho da Contratada

6.8.8.1. A execução do contrato será acompanhada e avaliada com base em indicadores de desempenho, com o objetivo de assegurar a qualidade, a eficiência e a confiabilidade dos serviços prestados.

6.8.8.2. Prazo de entrega dos laudos:

6.8.8.2.1. Será aferido o percentual de exames cujos laudos forem entregues dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

6.8.8.2.2. A contratada deverá manter índice mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de cumprimento do prazo.

6.8.8.3. Índice de retrabalho:

6.8.8.3.1. Será aferido o percentual de exames que necessitem de repetição em decorrência de falha técnica atribuível à Contratada.

6.8.8.3.2. A contratada deverá manter índice máximo de 2% (dois por cento) de retrabalho.

6.8.8.4. Índice de inconclusividade:

6.8.8.4.1. Será aferido o percentual de exames com resultado inconclusivo.

6.8.8.4.2. A contratada deverá manter índice máximo de 3% (três por cento), excluídos os casos devidamente justificados por fatores alheios à sua atuação.

6.8.8.5. Conformidade dos laudos:

6.8.8.5.1. Será aferido o percentual de laudos entregues em conformidade com os requisitos técnicos e

formais estabelecidos neste Termo de Referência.

6.8.8.5.2. A contratada deverá manter índice mínimo de 98% (noventa e oito por cento) de conformidade.

6.8.8.6. Instrumentos de aferição:

6.8.8.6.1. Os indicadores serão apurados com base em registros da execução contratual e relatórios da fiscalização.

6.8.8.7. Consequências do desempenho insatisfatório:

6.8.8.7.1. O descumprimento dos indicadores de desempenho poderá ensejar, conforme a gravidade e a reincidência:

I. advertência: uma ou duas ocorrências.

II. aplicação de multa: três a quatro ocorrências

III. glosa proporcional nos pagamentos: a partir de três ocorrências.

IV. instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade: acima de quatro ocorrências.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da Defensoria Pública:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Termo de Referência e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

7.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. A DPE/AP terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento.

7.1.11. A DPE/AP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

7.1.16. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações exigidas.

7.2. São obrigações da Contratada:

7.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.2.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.2.3. Substituir imediatamente os profissionais à serviço desta contratação, caso ocorra ausência daqueles no período da prestação do serviço.

7.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à DPE/AP ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.2.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

7.2.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.8. Observar, rigorosamente, a legislação e normas regulamentares emanadas pelos órgãos competentes, providenciando todos os alvarás e autorizações necessários às prestações dos serviços deste Termo de Referência.

7.2.9. A contratada será integralmente responsável por todas as despesas relacionadas ao deslocamento de seus profissionais até os locais de execução dos serviços, bem como por todos os encargos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo salários, seguros contra acidentes, tributos, contribuições, indenizações, auxílios e fornecimento de uniforme completo.

7.2.10. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela DPE/AP;

7.2.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

7.2.11.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

7.2.11.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.11.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

7.2.11.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

7.2.11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à DPE/AP;

7.2.13. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.2.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.2.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.2.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.2.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

7.2.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

7.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

7.2.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

7.2.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

- 7.2.22.** Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 7.2.23.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 7.2.24.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 7.2.25.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 7.2.26.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.2.27.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da DPE/AP;
- 7.2.28.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela DPE/AP;
- 7.2.29.** Apresentar à DPE/AP, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 7.2.30.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 7.2.31.** Atender às solicitações da DPE/AP quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 7.2.32.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 7.2.33.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 7.2.34.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 7.2.35.** Refazer, às suas expensas, os exames executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vícios, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.2.36.** Encaminhar à DPE-AP a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço prestado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a execução dos serviços.
- 7.2.37.** Manter, durante todo o fornecimento, em compatibilidade com todas as obrigações assumidas, e as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;
- 7.2.38.** Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

7.3. Obrigações pertinentes à LGPD

- 7.3.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 7.3.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.3.4.** É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 7.3.5.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 7.3.6.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 8.1.1.** não produziu os resultados acordados;

8.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. Do recebimento

8.2.1. Os resultados dos exames, assim como os laudos, deverão ser entregues em expediente próprio e lacrado, e entregues no lugar mencionado neste Termo de Referência (subitem 5.6.1), sem ônus de frete para a DPE/AP e acompanhado das respectivas Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente.

8.2.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art.140, I, alínea a, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 20, XIV e art. 21, VII, da Portaria nº 36, de 2024 - DPE/AP)

8.2.2.1. Na constatação de defeitos como envelopes/sacos violados, amassados, rasgados, o material será rejeitado e deverá ser substituído por outro que atenda às especificações técnicas dispostas neste Termo de Referência.

8.2.3. O prazo da disposição do subitem 8.2.2. será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga

8.2.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 20, XIV, da Portaria nº 36, de 2024 - DPE/AP).

8.2.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 21, VII, da Portaria nº 36, de 2024 - DPE/AP).

8.2.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.2.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada evento ou período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.2.9. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

8.2.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.2.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 19, VI, da Portaria nº 36, de 2024 - DPE/AP).

8.2.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.2.13.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.2.13.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.2.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.2.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3. Liquidação

8.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Portaria nº 47, de 2024 – DPE/AP.

8.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.3.3.1. o prazo de validade;

8.3.3.2. a data da emissão;

8.3.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.3.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.3.3.5. o valor a pagar; e

8.3.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.3.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da DPE/AP.

8.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a DPE/AP deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.9. Persistindo a irregularidade, a DPE/AP deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4. Prazo de pagamento

8.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Portaria nº 47, de 2024 – DPE/AP.

8.4.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), de correção monetária.

8.5. Forma de pagamento

8.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.4. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.6. Reajuste

8.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 12/05/2026 (art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

8.6.2. Após o interregno de um ano, e independente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6.8. O reajustamento será realizado por apostilamento.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “9.1.2.”, “9.1.3.” e “9.1.4.” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “9.1.5.”, “9.1.6.”, “9.1.7.” e “9.1.8.” do subitem acima, bem como nas alíneas “9.1.2.”, “9.1.3.” e “9.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “9.1.4.”, de 0,07% (sete centésimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

9.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento);

9.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nos subitens “9.1.5.” a “9.1.8.” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem “9.1.3.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “9.1.2.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a

30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem “9.1.4.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “9.1.1.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos, do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF

9.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

9.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.10.4. os danos que dela provierem para a Contratante; e

9.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

9.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.13. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEI e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, pelo

procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, em virtude de se tratar de serviço comum em caráter contínuo e, que por suas características, há a necessidade de contratações frequentes, cujo os quantitativos não podem ser estimados de forma precisa, conforme art. 3º, inc. I e IV da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

10.1.2. O regime de execução será de empreitada por preço unitário.

10.1.3. A justificativa para a adjudicação por **LOTE ÚNICO** encontra-se no item 10 do Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Termo de Referência.

10.2. Regime de execução

10.2.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1.1. Habilitação jurídica

10.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

10.3.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.3.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.1.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.1.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.1.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.1.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda

respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.1.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4.1.4. Qualificação Econômico - Financeira

10.4.1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

10.4.1.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.4.1.4.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pelas seguintes fórmulas:

10.4.1.4.2.1.1. $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

10.4.1.4.2.1.2. $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e

10.4.1.4.2.1.3. $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

10.4.1.4.2.1.4. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.4.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou item pertinente.

10.4.1.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.4.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

10.4.1.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.5. Qualificação Técnico - Operacional

10.4.1.5.1. Comprovação de aptidão para execução do serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.4.1.5.1.1. Para fins de comprovação de que trata este subitem os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com a seguinte característica mínima:

10.4.1.5.1.1.1. contratos que comprovem a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.4.1.5.2. Os atestados deverão comprovar que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de exames de DNA para investigação de vínculo genético humano, contemplando, no mínimo, as etapas de análise laboratorial e emissão de laudos técnicos.

10.4.1.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.1.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.4.1.5.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.4.1.5.6. Apresentar Licença/Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária, consoante o estabelecido no RDC 786 - ANVISA.

10.4.1.5.7. Apresentar acreditação laboratorial reconhecida, preferencialmente conforme norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, ou comprovação de adoção de sistema de gestão da qualidade equivalente, compatível com a natureza dos serviços prestados.

10.4.1.5.8. Apresentar declaração de que possui:

- I. Laboratório próprio ou contratado, devidamente regularizado;
- II. Sistema de rastreabilidade das amostras biológicas;
- III. Procedimentos formalizados de cadeia de custódia;
- IV. Condições técnicas para armazenamento seguro de amostras e dados.

10.4.1.6. Qualificação Técnico - Profissional

10.4.1.6.1. A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente ou por meio de vínculo contratual, na data da licitação, profissional de nível superior com formação compatível com o objeto, devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

10.4.1.6.2. Os profissionais indicados deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1.6.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

10.4.1.6.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)**, conforme custos unitários postos na tabela contida no subitem 1.2 deste Termo de Referência.

11.2. O preço referencial foi alcançado com base na pesquisa de preços realizada, devidamente juntada aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, para futuras e eventuais contratações, é dispensável a informação de dotação orçamentária para a cobertura da despesa, devendo ser informada somente quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 16, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

12.2. Quando da efetiva contratação, as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos da Defensoria Pública do Estado do Amapá, no exercício de 2026:

12.2.1. Gestão/Unidade: [...]

12.2.2. Fonte de Recursos: [...]

12.2.3. Programa de Trabalho: [...]

12.2.4. GND: [...]

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

13.1. Em observância ao art. 7º da Portaria nº 38, de 2024 - DPE/AP e considerando o baixo grau de complexidade do objeto e o seu caráter comum, bem como os documentos que compõem a instrução do processo licitatório, verifica-se que as informações contidas neste Termo de Referência não necessitam de classificação da informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011, e estarão disponíveis para consulta quando da publicação do Edital

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Compõe o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

14.1.1. Anexo I - Apêndice do Termo de Referência.- Estudo Técnico Preliminar.

Datado e assinado eletronicamente

(assinado eletronicamente)

LANA THAYANE REIS DA COSTA

Assessora Técnica Nível III

Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios/DPE-AP

Portaria n.º 039, de 17 de janeiro de 2025.

ANEXO I

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo SEI nº 26.0.000001944-4 - DPE/AP.

1.2. Numeração da Contratação PCA: 927560-17/2026

2. OBJETO

2.1. Proposta de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido de desoxirribonucleico) "*in vivo*", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá em toda a sua extensão (Sede Administrativa, Anexos I e II e núcleos regionais), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. ORIGEM DA DEMANDA

3.1. A presente demanda tem origem da necessidade apresentada no Documento de Formalização de Demandas - DFD nº 173, que compõe o grupo 927560-17/2026, o qual foi devidamente cadastrado nos Sistema Compras.gov, aprovado e incluído no Plano de Contratação Anual - PCA 2026 da Defensoria Pública do Estado do Amapá, retratando a necessidade identificada pela coordenadoria demandante e fundamenta o planejamento da futura contratação.

3.2. Esta peça foi elaborada com base no §1º, art. 18, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na Portaria nº 37, de 2024 - DPE/AP, desenvolvida no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, de acordo com o art. 1º, §1º, da Portaria 170, de 2025 - DPE/AP, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03, de 2024 - DPE/AP, constituindo a primeira etapa do planejamento da contratação, a fim de avaliar a melhor solução disponível no mercado para atender a necessidade deste órgão defensorial e assegurar a sua viabilidade técnica, econômica e de gestão, bem como dar suporte à elaboração do Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A Constituição Federal, em seu art. 134, determina que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, da forma integral e gratuita aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da CF/88.

4.2. No Estado do Amapá, a Lei Complementar nº 121 de 31 de dezembro de 2019, trata da organização da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE-AP, nos termos do Art. 156 da constituição estadual. A LC 121, de 2019, no §1º, do art. 1º estabelece que a esta estenderá os seus serviços por todas as Comarcas do Estado, de acordo com as necessidades do serviço e as disponibilidades materiais e orçamentárias.

4.3. Isto posto, o ordenamento jurídico pátrio consagra o reconhecimento da paternidade como direito fundamental, de natureza personalíssima, indisponível e imprescritível, conforme dispositivos colacionados:

Constituição Federal de 1988:

"Art. 227. (...)

§6º. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação."

Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente

"Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça."

Lei nº 8.560/1992 - Lei de Investigação de Paternidade

"Art. 1º. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro de nascimento;

II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV - por manifestação expressa e direta perante o juiz, ainda que reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

Art. 2º. Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.

Art. 2º A - Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos."

Lei nº 10.406/2002 - Código Civil

"Art. 1.610. O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento."

4.4. Nota-se que a legislação brasileira adota uma abordagem ampla e avançada em relação ao reconhecimento da paternidade, assegurando o direito à filiação como expressão da dignidade da pessoa humana. Tal reconhecimento operacionaliza-se por vias consensuais ou jurisdicionais.

4.5. A formalização do vínculo jurídico de parentesco assegura o exercício de direitos fundamentais, tais como direito ao nome, à pensão alimentícia, a sucessão hereditária e à convivência familiar, elementos imprescindíveis ao desenvolvimento psicológico e emocional do indivíduo. Sob a ótica extrapatrimonial, o reconhecimento mitiga vulnerabilidades emocionais e promove o fortalecimento da identidade e da auto estima infante, com reflexos positivos em sua trajetória de vida.

4.6. Conforme dados extraídos do [portal oficial da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais \(Arpen-Brasil\)](#), via [Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais \(CRC Nacional\)](#), verificou-se que, no ano de 2025, 173.914 (cento e setenta e três mil, novecentos e quatorze) crianças foram registradas sem o nome do genitor no Brasil. No que tange ao recorte regional, a Região Norte detém um percentual de 9% (nove por cento) de registros sem paternidade declarada, evidenciando a necessidade de intervenção institucional para a mitigação de tais índices.

4.7. O quadro demonstrativo a seguir apresenta o diagnóstico situacional dos registros de nascimento nos municípios do estado do Amapá, referente ao exercício de 2025, com especificidade técnica voltada a incidência de paternidade não declarada. Os dados levantados evidenciam a proporção de nascituros cujos assentos de nascimento carecem de averbação paterna, identificando os municípios com maiores índices de vulnerabilidade e ausência de reconhecimento de paternidade, conforme publicado no portal da transparência da CRC Nacional.

Município	Nascimentos Registrados (2025)	Crianças Registradas apenas no nome da mãe (pais ausentes)	% de Pais Ausentes/ Nascimentos
Amapá	132	14	11%
Calçoene	153	33	22%
Cutias	8	1	13%
Ferreira Gomes	144	19	13%
Itaubal	99	18	18%
Laranjal do Jari	601	91	15%
Macapá	10.114	1.334	13%
Mazagão	395	52	13%
Oiapoque	524	60	11%
Pedra Branca	172	18	10%
Porto Grande	268	43	16%
Pracuúba	71	9	13%
Santana	648	87	13%
Serra do Navio	55	4	7%
Tartarugalzinho	246	32	13%
Vitória do Jari	192	21	11%

4.8. Embora a capital Macapá, concentre o maior volume absoluto de casos, os municípios de Calçoene (22%), Itaubal (18%) e Porto Grande (16%) apresentam percentuais de pais ausentes que aproxima-se da razão de um quinto do total de nascidos vivos, evidenciando que o déficit de reconhecimento de filiação é uma problemática capilarizada.

4.9. Ante o diagnóstico estatístico apresentado, resta evidenciada a necessidade de uma prestação jurisdicional e administrativa de abrangência estadual, justificando a implementação de serviços que contemplem a totalidade das comarcas e núcleos da Defensoria.

4.10. O Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - Gerais (CONDEGE) instituiu a mobilização nacional "*Meu Pai Tem Nome*", executada de forma sincronizada pelas Defensorias Públicas estaduais. Trata-se de iniciativa de alto impacto social, vocacionada à garantia do direito fundamental à filiação, promovendo o reconhecimento de paternidade de forma gratuita, célere e desburocratizada.

4.11. A Defensoria Pública atua como o principal instrumento de acesso à justiça para a população em situação de vulnerabilidade. A referida campanha materializa essa prerrogativa ao viabilizar fluxos simplificados e gratuitos para o reconhecimento de paternidade de crianças, adolescentes e adultos.

4.12. Um dos eixos estruturantes da ação é o fomento ao reconhecimento voluntário da paternidade. A resolução de demandas prioriza a via consensual, mediante técnicas de mediação e conciliação, em que a composição entre as partes culmina no

reconhecimento espontâneo da filiação.

4.13. Nas hipóteses de incerteza quanto ao vínculo biológico ou ausência de reconhecimento voluntário, a instituição disponibiliza perícia genética (exames de DNA). Esta ferramenta é imprescindível, dado que a prova pericial detém elevado índice de fidedignidade, conferindo celeridade e segurança jurídica ao desfecho do processo.

4.14. No que tange a exames de DNA *in vivo*, aqueles que atendem de forma eficiente a demanda aqui apresentada são de dois tipos: **TRIO** e **DUO**.

4.15. O exame de DNA *in vivo*, do tipo **TRIO**, consiste na análise genética comparativa entre a criança, a genitora e o suposto genitor. Já o tipo **DUO** pode ser utilizado quando ausente a genitora, sendo realizado o comparativo apenas entre o filho requerente e o suposto genitor. A nomenclatura "*in vivo*" refere-se à coleta de material biológico (sangue ou saliva) de indivíduos vivos, permitindo a confirmação ou exclusão da parentalidade com precisão científica absoluta.

4.16. Ao privilegiar a resolução extrajudicial e consensual sempre que possível, a Defensoria Pública contribui para a desjudicialização e o consequente descongestionamento do Poder Judiciário. A robustez da prova genética permite a conclusão célere de processos que, de outra forma, demandariam instrução processual prolongada.

4.17. Nada obstante a relevância e visibilidade da campanha nacional, ressalta-se que a necessidade de contratação de serviços laboratoriais de DNA não possui caráter exclusivo ou sazonal vinculado apenas a este evento. A Defensoria Pública do Amapá apresenta demandas contínuas e ininterruptas por exames de investigação de vínculo genético, essenciais à instrução de processos judiciais de investigação ou negatório de paternidade, ações de alimentos, regulamentação de guarda e demais demandas afetas ao direito de família.

4.18. Dados levantados pela Corregedoria-Geral da DPE/AP, por meio do processo eletrônico SEI nº [25.0.000005948-2](#), mediante o sistema SOLAR, plataforma institucional de gestão de atendimento e atos processuais, ratificam a existência de uma demanda ininterrupta por perícias genéticas.

4.19. Ressalta-se que os indicadores apurados transcendem a circunscrição da Capital, evidenciando uma necessidade fática e jurídica capilarizada por todos os 12 (doze) Núcleos Regionais da DPE/AP, bem como pelas respectivas localidades adjacentes vinculadas. A distribuição geográfica dos dados ratifica a necessidade de viabilizar o acesso à prova técnica em todas as unidades municipais, garantindo a isonomia assistencial e o pleno exercício do direito à filiação aos assistidos residentes no interior do Estado.

4.20. Os registros mencionados evidenciam que a necessidade de perícias genéticas não se condiciona a ações sazonais ou campanhas pontuais, integrando, em verdade, o fluxo ordinário da rotina forense e a missão institucional de assegurar o acesso à justiça e a efetividade dos direitos fundamentais.

4.21. Portanto, a contratação ora pretendida visa não apenas suprir a demanda da campanha "*Meu Pai Tem Nome*", habitualmente realizada em agosto, mas também viabilizar, de forma contínua e descentralizada, o atendimento as requisições de exames de DNA oriundas da atividade finalística da DPE/AP. Tal medida propicia maior celeridade processual, uniformidade no atendimento e a integral garantia de direitos à população do Estado do Amapá.

4.22. Destaca-se que a realização de exames de DNA não constitui atribuição finalística da DPE/AP, uma vez que a atividade exige infraestrutura laboratorial especializada, insumos específicos e corpo técnico qualificado, recursos que transcendem a estrutura organizacional da DPE/AP. Assim, o serviço caracteriza-se como atividade material acessória e complementar às competências legais da instituição, justificando a terceirização mediante empresa especializada para assegurar a higidez técnica, a segurança jurídica e a qualidade dos resultados fornecidos aos assistidos.

4.23. Diante do exposto, resta caracterizada a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços laboratoriais de investigação de vínculo genético humano, exame de DNA, tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), instrumento indispensável para viabilizar o reconhecimento de vínculo genético com o rigor técnico e o respaldo legal exigido pelos procedimentos conduzidos por esta instituição.

4.24. A análise da contratação anterior, em conformidade com o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 37, de 2024 – DPE/AP, permitiu identificar oportunidades de otimização de processos, procedimentos e mitigação de riscos, visando maior eficiência contratual e aprimoramento das compras públicas da Defensoria.

4.25. Considerando a pesquisa realizada para a elaboração deste estudo técnico e os elementos apresentados, nota-se que o objeto a ser contratado se enquadra como serviços de natureza comum, cujas especificações, padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos e são reconhecidos e usuais no mercado, conforme previsto no art. 2º, inciso I, da Portaria nº 32, de 2024 – DPE/AP, e no art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Além disso, levando em conta a necessidade permanente e crescente de exames de DNA, a contratação desse serviço se enquadra como serviços de natureza contínua, pois sua interrupção inviabilizaria a tramitação de inúmeros processos e o efetivo exercício de um direito básico, gerando prejuízos à sociedade e comprometendo o cumprimento do objetivo institucional da DPE/AP (art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.26. Cabe destacar que o objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bens e serviços de luxo, conforme definição do art. 4º, inciso III, da Portaria nº 32, de 2024 – DPE/AP.

4.27. Por fim, pretende-se contratar os serviços especializados mediante a seleção da proposta que gere o resultado mais vantajoso

para a Administração, observando os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e o interesse público, bem como os demais princípios previstos no art. 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. ÁREA REQUISITANTE

5.1.

Área requisitante	Responsável
Coordenadoria de Atendimento	Verlane Célia Amorim Costa

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços de exames de DNA "*in vivo*", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para investigação de vínculo genético humano simples.

6.2. Embora haja picos de demanda associados a campanhas específicas como "*Meu Pai Tem Nome*", o levantamento da Corregedoria demonstrou claramente a existência de um volume contínuo de processos judiciais de investigação de paternidade, distribuídos por todos os Núcleos Regionais. Isso configura uma necessidade que se manifesta de forma rotineira ao longo do tempo, e não apenas de maneira esporádica ou eventual. Dessa forma, para que o atendimento seja alcançado, é necessário observar os seguintes requisitos mínimos:

6.3. Requisitos de negócios:

6.3.1. Descrição do serviço:

6.3.1.1. Realização de exames de DNA "*in vivo*", do tipo trio (mãe, pai e filho) e do tipo duo (filho requerente e suposto pai);

6.3.1.2. Coleta de amostras de forma ética e segura;

6.3.1.3. Transporte adequado das amostras para o laboratório;

6.3.1.4. Análise genética com utilização de técnicas modernas e certificadas;

6.3.1.5. Emissão de laudos técnicos detalhados e conclusivos;

6.3.1.6. Garantia de confidencialidade e integridade das informações genéticas.

6.3.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com o que for estabelecido pela DPE/AP, ficando sob a responsabilidade deste a organização de datas, locais e horários para as coletas, que comunicará à empresa contratada sobre tais informações;

6.3.3. Os laudos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da coleta, em local e horário predeterminado pela DPE/AP, sendo os laudos disponibilizados por meio físico e virtual.

6.4. Requisitos técnicos e operacionais:

6.4.1. Experiência comprovada na realização de exames de DNA para investigação de vínculo genético;

6.4.2. Corpo técnico qualificado e em número suficiente para atender a demanda;

6.4.3. Capacidade de fornecer resultados com alta precisão e confiabilidade;

6.4.4. Suporte técnico e atendimento ao cliente durante todo o processo;

6.4.5. Certificações e creditações que assegurem a qualidade dos serviços prestados.

6.5. Requisitos de qualidade do laudo:

6.5.1. O laudo deve ser claro, objetivo, conter a metodologia utilizada, os resultados da análise e apresentar índice de paternidade igual ou superior a 99,99% para resultados positivos e 0% para exclusão, conforme padrões forenses;

6.5.2. Garantia de que os resultados sejam repetíveis e que o laudo tenha aceitação plena em âmbito judicial.

6.6. Requisitos de local de execução dos serviços:

6.6.1. A prestação dos serviços ocorrerá sob demanda, em todos os municípios indicados na tabela abaixo, incluindo bairros e comunidades adjacentes, de acordo com as necessidades da DPE/AP. Os locais de execução poderão sofrer variações em conformidade com o cronograma e planejamento institucional da DPE/AP.

6.6.2. A prestação dos serviços será requisitado mediante a emissão de Ordem de Serviço, a qual discriminará o escopo detalhado da execução, incluindo data, horário e endereço do local de execução.

6.6.3. Poderão ocorrer encaminhamentos formais de assistidos pela DPE/AP à sede ou posto de coleta da futura Contratada. Nestas hipóteses, mediante a devida identificação do beneficiário e apresentação da respectiva requisição institucional, o atendimento deverá ser viabilizado dentro do horário de expediente comercial da empresa, garantindo-se a prioridade e a gratuidade inerentes ao objeto desta contratação.

6.6.4. A futura Contratada deverá dispor de capacidade técnico - operacional para o atendimento, caso necessário, de demandas simultâneas em diferentes locais e/ou municípios, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços em diversas frentes de trabalho.

Zona		Endereço
Zona 1	Macapá	Rua Procópio Rola, nº 500, Centro, Macapá/AP, Macapá/AP, CEP: 68.900-081 - Anexo II da DPE/AP.
	Santana	Avenida Santana, nº 534, Centro, Santana/AP, CEP: 68.925-000
	Mazagão	Rua Coaracy Nunes, nº 177, Liberdade, Mazagão/AP
Zona 2	Porto Grande	Avenida Calçoene, nº 155, (esquina com a Rua Bela Vista)
	Ferreira Gomes	Avenida Coaraci Nunes, S/N, Centro
	Pedra Branca	Avenida Francisco Braz, S/N - Centro
Zona 3	Calçoene	Rua Lúcio Tavares, nº 217, Centro
	Amapá	Travessa João Franklin Távora, nº 344, Sete Mangueiras
	Tartarugalzinho	Avenida Coração de Jesus, S/N (ao lado do SAMU)
Zona 4	Oiapoque	Avenida Barão do Rio Branco, nº 200, Centro.
Zona 5	Laranjal do Jari	Avenida Tancredo Neves nº 2865
	Vitória do Jari	Rua Pedro Ladislau, S/N, Santa Clara

6.6.5. Os municípios foram agrupados em 05 (cinco) zonas regionais geográficas, estabelecidas segundo critérios de proximidade territorial e logística de acessibilidade.

6.6.6. A estratégia de zoneamento visa à otimização dos custos operacionais, à mitigação de deslocamentos desnecessários e ao fortalecimento do planejamento institucional. Outrossim, tal estrutura favorece o controle da cota de exames e assegura a capilaridade da cobertura regional, respeitando as especificidades geográficas do Estado.

6.6.7. Com o fito de maximizar a eficiência logística e a efetividade do objeto, a Coordenadoria de Atendimento, em articulação com a Diretoria - Geral e as Coordenações dos 12 (doze) Núcleos Regionais, instituirá um cronograma estratégico com calendário anual de atendimentos. Referido calendário deverá designar cada Município como ponto de coleta, considerando o zoneamento adotado, o levantamento prévio das demandas, a capacidade operacional da futura Contratada e as peculiaridades sazonais de cada região, garantindo a previsibilidade das ações e a racionalização dos deslocamentos.

6.7. Requisitos temporais:

6.7.1. Os laudos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da coleta, em local e horário previamente definidos pela DPE/AP, sendo os laudos disponibilizados impressos e virtualmente.

6.8. Requisitos de segurança da informação e privacidade:

6.8.1. Atendimento às diretrizes de segurança, incluindo controle de acesso e proteção de dados sensíveis, naquilo que couber;

6.8.2. Conformidade com normas e políticas institucionais de segurança da informação, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Lei nº 13.709, de 2018 e outras regulamentações de segurança da informação aplicáveis.

6.8.3. Adoção de protocolos de segurança digital e física das amostras e resultados.

6.9. Requisitos de Garantia da contratação:

6.9. A garantia da contratação é uma medida adicional de cautela, que se colocada desnecessariamente, pode provocar apenas a elevação dos preços dos objetos adquiridos. No processo em tela, não haverá a exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes, da Lei Federal nº 14.133 de 2021, levando em conta que os exames serão executados por demanda e de acordo com o cronograma da Defensoria, com pagamento posterior à efetiva prestação do serviço. Logo, os riscos de inadimplemento com impacto financeiro à Administração são mínimos.

6.10. Requisitos de sustentabilidade:

6.10.1. O art. 5º e o art.11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 destacam a importância da sustentabilidade como um dos princípios fundamentais a serem observados nas contratações públicas. Isso significa que a Administração deve buscar contratar serviços e adquirir produtos de forma a promover o desenvolvimento sustentável, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos, como prevê o parágrafo único do art. 10, da Portaria nº 40, de 2024 - DPE/AP.

6.10.2. Assim, a futura Contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, atendendo aos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis -

8ª Edição, outubro de 2025, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936, de 2022).

6.10.3. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto que, minimamente, abrange o seguinte:

6.10.3.1. Coleta de amostras biológicas - uso de materiais de coleta que gerem menos resíduos, como kits biodegradáveis;

6.10.3.2. Transporte das amostras para o laboratório - optar por logísticas otimizadas;

6.10.3.3. Extração do DNA - uso de reagentes e produtos químicos que tenham menor impacto ambiental, como aqueles que não são tóxicos e utilização de técnicas que utilizem menores volumes de reagentes.

6.10.3.4. Amplificação do DNA - uso de equipamentos de PCR e outros instrumentos que sejam energeticamente eficientes e programas de reciclagem para tubos, ponteiras e outros consumíveis utilizados durante a amplificação do DNA.

6.10.3.5. Sequenciamento do DNA - preferência por plataformas de sequenciamento que consomem menos energia e recursos e implementação de sistemas de controle ambiental nos laboratórios para reduzir as emissões de gases e vapores.

6.10.4. E também deve se atentar para:

6.10.4.1. Gestão de resíduos - implementação de um programa robusto de gestão de resíduos para reciclar e descartar de forma correta todos os resíduos gerados (kits, reagentes, tubos, ponteiras, etc).

6.10.4.2. Responsabilidade social - garantir que as práticas laboratoriais não apenas protejam o meio ambiente, mas também promovam a saúde e a segurança dos funcionários e da comunidade.

6.10.5. A futura Contratada também deverá estar em conformidade com todas as leis, requerimentos e normas técnicas pertinentes à área de análises clínicas e genética forense, incluindo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

6.10.6. Deverá adotar boas práticas de laboratório e gestão de qualidade, minimizando riscos e garantindo a segurança dos dados e das amostras;

6.10.7. Por fim, a futura Contratada deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas na Portaria nº 393, de 2024 DPE/AP, que institui a Defensoria Verde - Plano de sustentabilidade e uso racional de recursos públicos, especialmente os itens 5.1., 5.2. e 5.3.

6.11. Requisitos de subcontratação:

6.11.1. Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, É ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 6º, inciso I, item 3, da Portaria nº 38, de 2024 - DPE/AP, nas seguintes condições:

6.11.2. A empresa Contratada poderá subcontratar os serviços de coleta e transporte das amostras dos exames realizados nos núcleos regionais da DPE/AP, quais sejam: Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, Oiapoque, Pedra Branca, Laranjal do Jari e Vitória do Jari;

6.11.3. A Contratada deverá apresentar à Contratante a documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (relativos a coleta e transporte de amostras biológicas/laboratoriais), que será avaliada e juntada aos autos, no termos do art nº 67, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.11.3.1. A comprovação de capacidade técnica da subcontratada estará limitada a 25% das quantidades dos serviços totais do item 01 constante na tabela do subitem 9.3 deste Estudo Técnico Preliminar.

6.11.3.1.1. Conforme §1º do art. 67 da lei nº 14.133/2021, a exigência de atestados de capacidade técnica está restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, ficando a critério da Administração a escolha entre um ou outro ou a combinação de ambos. Para a presente contratação utilizou-se como critério o valor significativo, uma vez que o valor do item 01 correspondendo a mais de 50% do valor total da estimado da contratação.

6.11.4. A Contratada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista por parte da subcontratada;

6.11.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

6.11.6. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.11.7. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.11.8. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para a subcontratada, ou seja, nos casos de subcontratação, a Contratada permanece integralmente responsável perante a Contratante pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas;

6.11.9. A Contratada será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, não tendo os empregados da Contratada e Subcontratada qualquer vínculo com a DPE/AP.

6.11.10. No caso da subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

6.11.11. A Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

6.11.12. A Contratada deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

6.11.13. A Contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. O levantamento de mercado compreende a prospecção e a análise das alternativas exequíveis para o atendimento da demanda, abrangendo os aspectos técnicos, operacionais e econômicos das soluções disponíveis. Tal etapa pode ser subsidiada por uma pluralidade de fontes de consulta, assegurando um diagnóstico abrangente, imparcial e atualizado acerca das práticas vigentes no setor privado e na Administração Pública.

7.2. Para a presente contratação, procedeu-se à análise de instrumentos convocatórios e contratos similares firmados por outros órgãos e entidades, mediante pesquisa no âmbito do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A consulta buscou identificar metodologias inovadoras, tecnologias emergentes e modelos de prestação de serviços que pudessem otimizar o atendimento às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

7.3. A análise do histórico de certames e contratações análogas revelou que a solução predominantemente adotada pela Administração Pública é a prestação de serviços sob demanda (execução parcelada). Observa-se que tal escolha dar-se pela natureza da atividade, que requer flexibilidade operativa; embora os órgãos e entidades estabeleçam cronogramas e fluxos estratégicos, a execução permanece subordinada às flutuações da demanda processual e às necessidades institucionais, o que torna o modelo por demanda a opção mais aderente aos princípios da eficiência e da economicidade.

7.4. Dito isto, para o provimento do objeto demandado são visualizadas as seguintes soluções:

Soluções	Descrição
01	Parcerias, convênios ou acordos de cooperação técnica com unidades de saúde locais
02	Parceria com instituições de pesquisa ou universidades com laboratórios de instigação de vínculo genético.
03	Aquisição de insumos e equipamentos para laboratório próprio e/ou nomeação de profissional responsável pela coleta e análise.
04	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análises clínicas sob demanda (terceirização de serviços laboratoriais)

7.5. Solução 01 - Parcerias, convênios ou acordo de cooperação com unidades de saúde locais:

7.5.1. A solução 01 consiste na celebração de parcerias, convênios ou acordos de cooperação técnica com unidades hospitalares da rede pública ou privada, bem como com clínicas médicas já instaladas no Estado do Amapá, que disponham de infraestrutura laboratorial para a coleta de espécimes biológicos destinados à análise genética.

7.5.2. Essa alternativa pressupõe o aproveitamento da ativos já existentes, mediante o compartilhamento de infraestrutura física e logística, visando mitigar a necessidade de uma contratação exclusiva para a coleta em determinada regiões.

7.5.3. Vantagens identificadas

7.5.3.1. Potencial redução de custos administrativos e operacionais, por meio do uso compartilhado de instalações e recursos humanos já disponíveis;

7.5.3.2. Possibilidade de implementação célere, caso a instituição parceira já disponha de estrutura mínima licenciada para coleta ou análise;

7.5.3.3. Maior capilaridade local em áreas urbanas, especialmente em Macapá.

7.5.4. Desvantagens e riscos operacionais

7.5.4.1. Inexistência, na maioria das unidades hospitalares, de laboratórios com acreditação específica para

genética forense, indispensável para a validade jurídica dos laudos e controle da cadeia de custódia;

7.5.4.2. A execução dos serviços ficaria subordinada à disponibilidade do fluxo interno da entidade conveniada, que comprometeria a regularidade, celeridade e previsibilidade do serviço;

7.5.4.3. Demandaria formalização por meio de instrumento jurídico próprio (convênio, termo de parceria ou acordo de cooperação técnica), o que implica trâmites burocráticos adicionais, além de fiscalização constante por parte da DPE/AP;

7.5.4.4. Possíveis limitações no alcance territorial, dificultando o atendimento às demandas oriundas do interior.

7.6. No cenário amapaense, as unidades de maior complexidade estão concentradas principalmente na Capital, Macapá, como Hospital de Emergências (HE), Hospital de Clínicas Dr. Alberto Lima (HCAL), Hospital Universitário da UNIFAP (HU-UNIFAP) e Hospital São Camilo e São Luís (privado/filantropico), cujas estruturas variam entre si. Mesmo os hospitais desse porte, embora listem exames de genética em seus serviços, como o Hospital São Camilo, por exemplo, não possuem capacidade de ter um laboratório de genética forense interno e totalmente operacional para grande volume de exames de paternidade, o que é extremamente raro em hospitais gerais, mesmo os de alta complexidade.

7.7. Ressalta-se a existência de laboratórios específicos para genética forense, como os da Polícia Científica do Amapá (POLITEC-AP), que trabalham com DNA para elucidação de crimes e identificação de pessoas. No entanto, a capacidade desses laboratórios é voltada para a demanda criminal/forense do Estado e não para a demanda civil de investigação de paternidade via Defensoria Pública.

7.8. Nos hospitais e unidades de pronto atendimento (UPA), situados nos municípios do interior apresentam estrutura limitada, focadas em procedimentos básicos. A estrutura de saúde pública do Amapá (hospitais) não está equipada para realizar a análise laboratorial complexa de exames de DNA para investigação de paternidade em volume. Sua função se limita, primariamente, à coleta de amostras biológicas, que posteriormente necessitariam ser enviadas a laboratórios especializados para o processamento e emissão dos laudos.

7.9. Solução 2 - Parceria com instituições de pesquisa ou universidades com laboratórios de instigação de vínculo genético

7.9.1. Outra possibilidade seria a celebração de acordo técnico-científico com universidades públicas ou centros de pesquisa que desenvolva atividade na área da genética humana e disponham de laboratórios voltados à análise de DNA.

7.9.2. Essa alternativa viabiliza a prestação do serviço com enfoque acadêmico, permitindo o uso da estrutura laboratorial das instituições de ensino superior, com a participação de profissionais e estudantes sob supervisão técnica.

7.9.3. Vantagens identificadas

7.9.3.1. Fomento a cooperação técnico-científica com instituições de prestígio, promovendo a integração entre ciência e serviço público;

7.9.3.2. Redução de custos em alguns casos, via projetos de extensão, bolsas de pesquisa ou cooperação acadêmica.

7.9.4. Desvantagens e impeditivos operacionais

7.9.4.1. No Estado do Amapá, verifica-se uma limitação quanto ao número de instituições que possuem laboratórios de genética com capacidade operacional e autorização para emissão de laudos com valor legal em processos judiciais;

7.9.4.2. O modelo exige a celebração de instrumentos jurídicos específicos, com definição de contrapartidas, plano de trabalho, responsabilidades e obrigações bilaterais;

7.9.4.3. A prestação do serviço pericial, no âmbito universitário, possui caráter acessório e acadêmicos, não detendo natureza prioritária frente ao ensino e pesquisa, o que pode prejudicar a agilidade e a regularidade do atendimento à demanda da DPE/AP;

7.9.4.4. O Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá - HU/Unifap, possui o Centro de Pesquisa Clínica, mas que ainda não possui laboratório adequado para realizar exames de DNA com a celeridade e precisão necessárias.

7.10. Portanto, o modelo de cooperação técnico-científica apresenta mérito social e acadêmico, as barreiras de infraestruturais locais e a incompatibilidade entre o calendário acadêmico e a urgência da rotina forense tornam a solução insuficiente para suprir a demanda integral e descentralizada da DPE/AP.

7.11. Solução 3 - Aquisição de insumos e equipamentos para laboratório próprio e/ou nomeação de profissional responsável pela coleta e análise.

7.11.1. Esta alternativa contempla a estruturação de unidade laboratorial interna no âmbito da DPE/AP, mediante a aquisição de parque tecnológico especializado (sequenciadores, termocicladores, sistemas de eletroforese), insumos biológicos e/ou nomeação de profissionais técnicos, como peritos ou biomédicos para realização de coletas e análises genéticas.

7.11.2. A solução visa garantir a autonomia da instituição na condução das perícias, eliminando a dependência de prestadores de serviços externos e permitindo o controle direto sobre os prazos de entrega e cadeia de custódia das amostras.

7.11.3. Vantagens identificadas

7.11.3.1. Controle integral sobre o fluxo de agendamentos e priorização de casos urgentes conforme conveniência da DPE/AP;

7.11.3.2. Redução de riscos de contaminação ou extravio de amostras por meio do processamento interno imediato;

7.11.3.3. Mitigação da exposição a flutuações de preços de serviços laboratoriais privados.

7.11.4. Desvantagens e riscos operacionais

7.11.4.1. Necessidade de vultoso aporte orçamentário para a aquisição de equipamentos de alta tecnologia e adequação de espaço físico às normas de biossegurança;

7.11.4.2. Exigência de contratos de manutenção preventiva e corretiva, além do risco de obsolescência tecnológica acelerada inerente à área da genética molecular;

7.11.4.3. Imperatividade de obter e manter certificações e licenças sanitárias perante a ANVISA e conselhos de classe, além da necessidade de acreditação em normas de qualidade (ISO) para assegurar a validade jurídica dos laudos;

7.11.4.4. Responsabilidade direta pelo gerenciamento de resíduos químicos e biológicos de alto impacto ambiental, exigindo logística específica e onerosa.

7.11.4.5. Mesmo com laboratório central na Capital, a solução não resolveria, por si só, necessitaria de deslocamento para coleta e transporte refrigerado das amostras coletadas do interior, demandando estrutura adicional de logística.

7.11.5. Conclui-se que embora a verticalização do serviço confira autonomia à DPE/AP, o modelo revela-se economicamente desfavorável e operacionalmente complexo. O investimento em infraestrutura técnica e pessoal especializado para uma atividade-meio desviaria recursos da atividade-fim. Ademais, o volume de demanda, embora contínuo, não justifica a imobilização de capital e os custos fixos de manutenção de um laboratório próprio, tornando esta solução ineficiente perante o modelo de contratação por demanda.

7.12. Solução 4 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análises clínicas sob demanda (terceirização de serviços laboratoriais)

7.12.1. Esta solução consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de investigação de vínculo genético (DNA). O modelo de negócio baseia-se no regime de execução sob demanda, no qual a Administração Pública remunera a contratada estritamente pelos serviços efetivamente prestados (unidade de exame realizada), sem a obrigatoriedade de aportes fixos mensais ou manutenção de estrutura ociosa.

7.12.2. A adoção do modelo sob demanda é estratégica para a DPE/AP, pois permite o alinhamento entre o desembolso financeiro e a real necessidade institucional. Diferente de um contrato de prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, este modelo transfere para a contratada o risco da ociosidade, garantindo que o erário apenas suporte os custos de exames cujas coletas foram efetivamente validadas.

7.12.3. A eficácia deste modelo de contratação é corroborada por sua adoção em instituições de referência conforme averiguado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, tais como: [Ministério Público do Estado do Pará](#) (Id contratação PNCP: 05054960000158-1-000171/2025, divulgada em 29/10/2025), [Tribunal de Justiça do Estado da Bahia](#) (Id contratação PNCP: 13100722000160-1-000075/2025, divulgada em 06/08/2025) e [Defensoria Pública do Estado do Paraná](#) (Id contratação PNCP: 13950733000139-1-000014/2025, divulgada em 17/03/2025).

7.12.4. Vantagens identificadas

7.12.4.1. Atendimento integral aos requisitos legais, técnicos e formais, com laudos assinados por profissionais habilitados e cadeia de custódia garantida;

7.12.4.2. Flexibilidade para atender tanto a demanda da capital quanto dos municípios do interior, por meio de deslocamento de equipe técnica, conforme cronograma pactuado;

7.12.4.3. Possibilidade de cláusulas contratuais que asseguram regularidade, prazos, metas de desempenho e penalidades por descumprimento, conforme os princípios da Lei nº 14.133, de 2021;

7.12.4.4. Ampla competitividade e transparência na seleção do fornecedor, por meio de processo licitatório público;

7.12.4.5. Otimização orçamentária, uma vez que o pagamento pode ser condicionado as demandas efetivamente atendidas, evitando o desperdício de recursos com estruturas laboratoriais subutilizadas.

7.12.5. Desvantagens e mitigação de riscos

7.12.5.1. Requer elaboração de peças técnicas robustas na fase de planejamento, que demandam tempo, atenção e trabalho em conjunto com demandante e outras Coordenadorias envolvidas.

7.12.5.2. Custo total mais elevado que convênios ou parcerias informais, sobretudo quando envolve deslocamentos para o interior.

7.12.5.3. Dependência de disponibilidade de fornecedores com atuação no estado ou dispostos a estruturar logística no Amapá.

7.12.6. Diante das particularidades do Estado do Amapá (ausência de rede pública com laboratórios de genética forense, limitação de universidades com estrutura laboratorial aplicada à rotina administrativa e a necessidade de cobertura em todo o território estadual), a solução mais adequada e tecnicamente viável é a contratação de laboratório de análises clínicas especializado em exames de DNA do tipo TRIO e tipo DUO.

7.12.7. Essa alternativa assegura regularidade, validade legal dos laudos, cobertura planejada por zonas geográficas e flexibilidade logística para atendimento nos 12 Núcleos Regionais e na capital, respeitando os princípios do planejamento, economicidade, eficiência e isonomia, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, além de oferecer menor risco operacional e maior segurança jurídica aos assistidos da DPE/AP.

7.12.8. Considerando as disposições da Portaria nº 280, de 2024 - DPE/AP que revogou o art. 8º, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP, foi dispensado a consulta formal as Intenções de Registro de Preços IRP disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASGNET. A decisão de fundamenta na conveniência e oportunidade da Administração, priorizando a celeridade do rito interno e a autonomia desta Defensoria na condução do certame.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Conforme fundamento nas análises precedentes, a solução técnica viável para o suprimento da demanda institucional consiste na contratação de empresa especializada em genética forense, com escopo voltado à prestação de serviços de investigação de vínculo genético, exame de DNA - ácido de desoxirribonucleico, na modalidade *in vivo*, tipo TRIO (mãe, filho e suposto genitor) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai).

8.2. A execução obedecerá ao modelo sob demanda, estratégia que assegura o equilíbrio entre o desembolso financeiro e a efetiva necessidade da DPE/AP. Cada etapa da prestação de serviço será formalizada mediante a emissão de Ordem de Serviço, instrumento que delimitará o objeto, cronograma operacional (data e horário) e o logradouro de execução.

8.3. O objeto da contratação compreende a integralidade do ciclo pericial, abrangendo o fornecimento de insumos e kits de coleta, a realização dos procedimentos de coleta biológica, a logística de transporte especializado com controle térmico e segurança, a análise laboratorial e a subseqüente emissão de laudo técnico, em observância aos requisitos de qualidade e prazos estipulados pela DPE/AP.

8.4. A futura Contratada deverá comprovar disponibilidade de corpo técnico qualificado, além de infraestrutura física e parque tecnológico compatíveis com a alta complexidade do objeto, garantindo a certificação de seus processos perante os órgãos reguladores.

8.5. A coleta dos materiais biológicos deverá pautar-se por protocolos rígidos de biossegurança e cadeia de custódia, assegurando a inviolabilidade das amostras, a fidedignidade dos procedimentos e a plena confiabilidade jurídica dos resultados obtidos.

8.6. As atividades de coleta ostentarão caráter descentralizado, a critério da DPE/AP, podendo correr:

8.6.1. "In loco" - em ações itinerantes, mutirões e campanhas institucionais distribuídas por todos os municípios do Estado do Amapá;

8.6.2. Em sede própria - nas instalações ou postos de coleta da futura Contratada mediante encaminhamento formal.

8.7. Em qualquer modalidade de atendimento, a prestação do serviço estará condicionada à prévia requisição documental da DPE/AP, garantindo o controle administrativo e a rastreabilidade de cada ato executado no âmbito do contrato.

8.8. Para a definição das especificações do serviços a ser contratado, foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização do Poder Executivo Federal, conforme facultado pelo art. 6º, §2º, da Portaria nº 38, de 2024 - DPE/AP. Os respectivos códigos estão vinculados ao Catálogo de Materiais e Serviços - CATMAT/ CATSER, e encontra-se discriminado no quadro do item 9, deste Estudo Técnico Preliminar, o qual corresponde ao objeto da presente proposta de contratação. Ressalta-se que, em caso de eventuais divergências entre as descrições do catálogo e as especificações deste instrumento, prevalecerão as últimas.

8.9. Considerando a natureza de serviço comum do objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos nos instrumentos de contratação mediante especificações usuais de mercado, identifica-se como a solução mais adequada a realização de certame na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**. A licitação adotará o critério de julgamento pelo **Menor Preço Global**, sendo processada mediante o procedimento auxiliar de **Sistema de Registro de Preços - SRP**.

8.10. A adoção do SRP justifica-se pela natureza da demanda que exige o suprimento contínuo de exames laboratoriais, mas cuja quantidade e cronologia exata de execução é imprevisível, dado que os atendimentos dependem do fluxo de assistidos, da realização de campanhas e mutirões itinerantes. Este modelo permite a execução dos serviços de forma fracionada e sob demanda, evitando a imobilização antecipada de recursos orçamentários e garantindo que o erário suporte apenas os custos dos exames efetivamente realizados e validados. Tal procedimento encontra amparo no art. 3º, incisos I e IV, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP, no art. 3º, incisos I e V, do Decreto Federal nº 11.462, de 2023, e atende aos princípios da eficiência e economicidade previstos no art. 5º, da Lei nº 14.133, de 2021. Ademais, o SRP otimiza a gestão administrativa ao dispensar a repetição de novos certames para o mesmo objeto durante a vigência da Ata.

8.12. Sendo a Defensoria Pública do Estado do Amapá a única participante da Intenção de Registro de Preços, o procedimento previsto o art. 86 da Lei 14.133/2021 foi dispensado, conforme §1º do referido artigo.

8.13. Quanto ao regime de execução, recomenda-se a adoção do regime de **empreitada por preço unitário**, fundamentado na

impossibilidade de prever, de forma exata, os quantitativos a serem demandados ao longo da vigência da Ata. Conforme pacificado pelo Tribunal de Contas da União - Acórdão nº 1.977/2013 Plenário, este regime é a solução técnica que melhor protege o erário nas contratações, pois, permite que a Administração remunere exclusivamente o objeto executado. Dessa forma, evita-se o desperdício de recursos e garante-se a eficiência orçamentária, vinculando o pagamento ao serviço efetivamente executado.

9. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O Sistema de Registro de Preços pressupõe a contratação de itens cuja demanda é variável, não permitindo à Administração definir previamente o quantitativo exato a ser contratado, apesar disso, para que fosse possível alferir o quantitativo a ser contratado, a Coordenadoria de Atendimento, com base na projeção da demanda fundada no histórico de execução das contratações anteriores, de modo a subsidiar o planejamento, conferir maior precisão ao dimensionamento inicial das quantidades e atender ao disposto na legislação aplicável.

9.2. A contratação anterior foi formalizada via Dispensa de Licitação, visando suprir uma demanda sazonal específica, da mobilização nacional "Meu Pai Tem Nome", que vem sendo executada todos os anos, no mês de agosto, de forma sincronizada entre as Defensorias Públicas estaduais e que foi idealizada pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - Gerais (CONDEGE). Os dados abaixo demonstram seu quantitativo.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VAL. UNIT (R\$)	VAL. TOTAL (R\$)
01	20540	Exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido desoxirribonucleico) "in vivo", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai).	SERV.	50	R\$ 400	R\$ 20.000

9.3. Ressalta-se que naquela contratação foi incluindo apenas um tipo de exame de DNA, tipo TRIO. Todavia, notou-se que a necessidade da inclusão do exame tipo DUO, para os casos em que um dos genitores é ausente ou falecido. Desse modo, a Coordenadoria de Atendimento estimou os seguintes quantitativos (Despacho SEI nº [0214356](#)).

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ZONA		UND.	QNT. INDIVIDUAL	QNT TOTAL POR ZONA	VALOR REFERENCIAL ESTIMADO (R\$)	
								VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	20540	Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a	Zona 1	Macapá Anexo II	Serviço/exame	100	170	R\$450,00	R\$76.500,00
				Santana		45			
				Mazagão		25			
			Zona 2	Porto Grande		25	75	R\$450,00	R\$33.750,00
				Ferreira Gomes		25			
				Pedra Branca		25			
			Zona 3	Calçoene		25	75	R\$450,00	R\$33.750,00

		<p>equipe técnica.</p> <p>O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC 17025 ou equivalente), com responsável técnico habilitado.</p> <p>O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão.</p> <p>Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.</p>		<div>Amapá</div> <div>Tartarugalzinho</div>		<div>25</div> <div>25</div>			
			<div>Zona 4</div>	<div>Laranjal do Jari</div> <div>Vitória do Jari</div>		<div>30</div> <div>20</div>	<div>50</div>	<div>R\$450,00</div>	<div>R\$22.500,00</div>
			<div>Zona 5</div>	<div>Oiapoque</div>		<div>30</div>	<div>30</div>	<div>R\$450,00</div>	<div>R\$13.500,00</div>
02	20540	<p>Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo DUO (filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a equipe técnica.</p> <p>O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC 17025 ou equivalente), com responsável técnico</p>	<div>Zona 1</div> <div>Zona 2</div> <div>Zona 3</div>	<div>Macapá Anexo II</div> <div>Santana</div> <div>Mazagão</div> <div>Porto Grande</div> <div>Ferreira Gomes</div> <div>Pedra Branca</div> <div>Calçoene</div> <div>Amapá</div> <div>Tartarugalzinho</div>	Serviço/ exame	<div>80</div> <div>15</div> <div>10</div> <div>10</div> <div>10</div> <div>10</div> <div>10</div> <div>10</div>	<div>105</div> <div>30</div> <div>30</div>	<div>R\$450,00</div> <div>R\$450,00</div> <div>R\$450,00</div>	<div>R\$47.250,00</div> <div>R\$13.500,00</div> <div>R\$13.500,00</div>

	habilitado. O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão. Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.	Zona 4	Laranjal do Jari	15	25	R\$450,00	R\$11.250,00
			Vitória do Jari	10			
		Zona 5	Oiapoque	10	10	R\$450,00	R\$4.500,00

9.4. Diferente da estratégia de contratação pretérita, que ostentava caráter pontual e restrito ao atendimento da campanha "*Meu Pai Tem Nome*", o presente certame visa à manutenção da continuidade administrativa e do fluxo ordinário de assistência jurídica, assegurando a disponibilidade dos serviços de investigação genética por um período de 01 (um) ano.

9.5. Para o dimensionamento das quantidades estimadas, utilizou-se como balizador o histórico de execução do exercício anterior. Naquela oportunidade, constatou-se a realização efetiva de 25 (vinte e cinco) exames de DNA durante o período de vigência da demanda específica, com o subsequente cancelamento do saldo remanescente não executado, em observância ao princípio da eficiência.

9.6. Com base no consumo médio apurado e considerando a necessidade de expandir a cobertura para além dos eventos sazonais e para suprir as demandas presentes nos núcleos regionais, abrangendo agora o fluxo ininterrupto de solicitações da DPE/AP, procedeu-se ao cálculo projetado para a nova contratação. Referida estimativa busca garantir o atendimento pleno das demandas não só na capital, mais também no interior do estado, mitigando o risco de solução de continuidade e assegurando a previsibilidade operacional e orçamentária da instituição.

9.7. Ressalta-se ainda que a contratação de exames de DNA tipo duo é inédita no âmbito desta DPE/AP, não havendo contratações anteriores para subsidiar os quantitativos aqui estimados. Logo, adotou-se um posicionamento conservador para a estimativa, sendo o quantitativo estimado bem menor que para o tipo trio, podendo os quantitativos serem ajustados em contratações futuras, conforme histórico de execução.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

10.1. Considerando as características do serviço a ser executado, é inadequado parcelar a solução definida neste Estudo Técnico, com fulcro no art. 47, inciso I, da lei Federal nº 14.133, de 2021, que determina que as contratações de serviços deverão atender ao princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

10.2. A finalidade e a natureza dos serviços de exame de DNA possui uma interdependência, posto que os serviços de coleta de amostras, extração de DNA, sequenciamento e análise de resultados são interdependentes e requerem uma coordenação precisa para garantir a integridade e a precisão dos exames. Parcelar esses serviços em diferentes etapas ou componentes pode gerar dificuldades na integração dos resultados e aumentar o risco de erros, o que contraria a lógica de unicidade do objeto contratual.

10.3. A qualidade e a eficiência do serviço só pode ser assegurado mediante a contratação de um único fornecedor especializado, capaz de realizar todas as etapas do exame de maneira consistente e confiável.

10.4. Logo, fundado no princípio da eficiência, da economicidade e da padronização, considera-se inviável o parcelamento do serviço a ser contratado. Sem contar com questões práticas como a responsabilidade técnica, qualidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade.

10.5. Tudo isso não se confunde com a execução do serviço em si, que pode e deve ocorrer de forma dinâmica, para o devido atingimento do objetivo da pretensa contratação.

10.6. Tal dinamismo está diretamente atrelado à estratégia de zoneamento adotada pela Defensoria Pública, a qual visa descentralizar e organizar a prestação do serviço de acordo com a localização geográfica e as demandas específicas dos seus Núcleos Regionais, promovendo maior capilaridade, eficiência e alcance do atendimento

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1. Nos termos do art. 18, inciso XI, do §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilidade da execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

11.2. A presente contratação foi modelada para ser tecnicamente autônoma. O escopo compreende a prestação de serviços fim a fim, na qual a empresa adjudicatária assume a responsabilidade integral por todas as etapas operacionais, incluindo o fornecimento de insumos, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial e a emissão dos laudos periciais.

12. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. O Plano de Contratações Anual - PCA constitui o instrumento de governança destinado à consolidação e ao planejamento das demandas de bens e serviços para o exercício subsequente. Sua finalidade precípua é conferir previsibilidade, transparência e racionalidade à gestão contratual, permitindo a padronização de objetos e o aproveitamento da economia de escala, em estrita observância às metas institucionais e às necessidades reais da Administração.

12.2. A pretensa contratação guarda consonância com o PCA da Defensoria Pública do Estado do Amapá para o exercício de 2026, atendendo ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e às diretrizes da Portaria nº 33, de 2024–DPE/AP, que regulamenta a elaboração, o acompanhamento e a execução do plano no âmbito desta instituição.

12.3. Para além da vedação ao fracionamento de despesas, a integração desta demanda ao PCA alinha o ciclo de compras aos instrumentos de planejamento estratégico e subsidia a elaboração da proposta orçamentária anual. Ademais, ao sinalizar antecipadamente as intenções de compra ao mercado fornecedor, a DPE/AP fomenta a competitividade e a isonomia, atraindo propostas mais vantajosas e inovadoras.

12.4. Em cumprimento ao art. 10, §§ 2º e 3º, da Portaria nº 33, de 2024–DPE/AP, o Plano de Contratações Anual encontra-se disponível para controle social e consulta pública nos seguintes endereços eletrônicos:

12.4.1. [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#);

12.4.2. Sítio Oficial da DPE/AP ([Portal da Transparência](#)).

12.5. A proposta de contratação ratifica a aderência da instituição às diretrizes de governança estabelecidas pela Portaria nº 34, de 2024–DPE/AP. Tal medida assegura a convergência entre a execução das despesas e o planejamento estratégico institucional, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados em conformidade com as leis orçamentárias e as prioridades de atendimento da Defensoria Pública.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

13.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de investigação genética gerará benefícios multidimensionais, impactando diretamente a eficiência administrativa e a efetividade das garantias fundamentais dos assistidos. Entre eles:

13.1.1. A principal vantagem reside na viabilização do direito constitucional de crianças e adolescentes ao reconhecimento da filiação. O serviço é ferramenta essencial para a consolidação da identidade civil e garantia de acesso a direitos personalíssimos, sucessórios e alimentares. A celeridade na realização dos exames elimina obstáculos biológicos e burocráticos, fortalecendo a dignidade da pessoa humana e a proteção integral à família.

13.1.2. A disponibilidade de uma estrutura contratada sob demanda permite a redução drástica do tempo de tramitação das ações de investigação de paternidade. Tal agilidade contribui para a diminuição do acervo processual da DPE/AP e do Poder Judiciário, otimizando o fluxo de trabalho dos Núcleos Regionais e garantindo a prestação em tempo razoável.

13.1.3. A formalização contratual assegura a padronização, o controle e a rastreabilidade de todas as etapas periciais. A existência de cláusulas contratuais específicas de qualidade, prazos e fiscalização direta garante a segurança da cadeia de custódia e a confiabilidade dos resultados, mitigando riscos de nulidades judiciais e elevando o padrão técnico dos serviços prestados.

13.1.4. A adoção da modelagem sob demanda proporciona economia processual ao evitar o desperdício com estruturas físicas ociosas e aportes fixos desnecessários. O investimento públicos é direcionado à demanda efetiva, garantindo a melhor relação custo-benefício e a máxima eficiência alocada dos recursos orçamentários da instituição.

13.1.5. A estratégia de atendimento capilarizado, prevista no zoneamento deste estudo, beneficia diretamente a população residente no interior do Estado, assegurando que o acesso à tecnologia forense de ponta não seja privilégio somente da Capital, mais um direito acessível em todas as comarcas atendidas pela DPE/AP.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. Para a solução escolhida não se verifica a necessidade de intervenções físicas ou adaptações estruturais nos imóveis da DPE/AP para a plena execução do futuro contrato. Contudo, para a eficácia da fase preparatória e o subsequente êxito na execução contratual, deverão ser observadas as seguintes providências mínimas:

14.1.1. Previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, a DPE/AP deverá designar formalmente o Gestor e os fiscais técnico e administrativo do contrato, os quais deverão ter acesso ao Termo de Referência e Contrato para ciência acerca das métricas de qualidade e prazos estipulados, garantindo o controle e os resultados almejados na contratação.

14.1.2. Após a assinatura do contrato, a DPE/AP poderá realizar reunião inicial com a empresa contratada para

alinhamento das ações a serem realizadas. O foco principal será a coordenação logística para garantir a disponibilidade de equipes técnicas em ações simultâneas e pontos de coletas.

14.1.3. Garantir a publicidade e transparência por meio da inserção de todos os artefatos do planejamento e, oportunamente, da Ata de registro de Preços e do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em observância aos deveres de transparência da Lei Federal nº 14.133, de 2021

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 8ª Edição, outubro de 2025, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936, de 2022), a Portaria nº 393, de 2024 - DPE/AP, que institui o Plano Defensoria Verde e o art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 2021, foram analisados os possíveis impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços laboratoriais, bem como as respectivas medidas para sua mitigação.

15.2. Geração e destinação de resíduos de serviços de saúde:

15.2.1. Impacto - a coleta de material biológico gera resíduos infectantes (Grupo A), perfurocortantes (Grupo E) e resíduos comuns (Grupo D), que, se descartados incorretamente, oferecem riscos de contaminação do solo e recursos hídricos.

15.2.2. Medida mitigadora - a futura contratada deverá possuir um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, garantindo que todo o material utilizado seja segregado, acondicionado, transportado e destinado final conforme as Normas da ANVISA, RDC nº 222, de 2018 e do CONAMA.

15.3. Consumo de insumos e materiais de coleta

15.3.1. Impacto - utilização de kits de coleta descartáveis e embalagens plásticas que contribuem para o volume de resíduos sólidos.

15.3.2. Medida mitigadora - a futura contratada deve priorizar, sempre que possível, produtos com certificações ambientais e embalagens recicláveis, reduzindo o uso de plásticos desnecessários e favorecendo a política de consumo sustentável.

15.4. Uso de reagentes químicos e energia

15.4.1. Impacto - o processamento laboratorial além de consumir energia elétrica utiliza reagentes químicos que podem ser tóxicos se mal manejados

15.4.2. Medida mitigadora - a empresa deve manter certificações de boas práticas laboratoriais, assegurando que o tratamento químico ocorra de forma a impedir a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

15.5. Diante do exposto, conclui-se que os impactos ambientais da futura contratação são controláveis e mitigáveis, desde que observadas as políticas de gerenciamento de resíduos e às diretrizes de biossegurança vigentes. A execução contratual deverá pautar-se pelas boas práticas sanitárias e ambientais estabelecidas pelos órgãos reguladores.

16. CONCLUSÃO QUANTO À VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Com fulcro nas análises deste estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento conclui pela plena viabilidade técnica da demanda. Restou demonstrado que o mercado especializado dispõe da solução e infraestrutura tecnológica compatível com o rigor pericial exigido.

16.2. No que tange à viabilidade econômica, o modelo de execução sob demanda assegura que o dispêndio ocorra em consonância com a disponibilidade orçamentária e a necessidade real da DPE/AP. O dimensionamento, baseado em histórico de consumo, mitiga riscos de prejuízo ao erário e garante a sustentabilidade financeira da despesa.

16.3. Assim, a solução eleita revela-se a mais vantajosa para a Administração Pública, por conciliar eficiência operacional, capilaridade logística e conformidade com as diretrizes de sustentabilidade, justificando-se o prosseguimento do feito para as etapas subsequentes.

17. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO.

17.1. Em observância ao art. 7º, da Portaria nº 37, de 2024 - DPE/AP e aos preceitos da Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 2011, conclui-se que o presente Estudo Técnico Preliminar não demanda classificação de sigilo. A ausência de restrições fundamenta-se na natureza de objeto comum e no grau de complexidade técnica da solução, cujas especificações não envolvem segredos industriais ou informações estratégicas de segurança institucional. Por conseguinte, este documento possui caráter público e estará disponível para consulta por ocasião da publicidade do Edital e seus anexos, assegurando o princípio da transparência.

Macapá - AP, na data da assinatura digital

(Assinado eletronicamente)
Verlane Célia Amorim Costa

Coordenadoria de Atendimento
Portaria n.º 826 de 2023 - DPE/AP

(Assinado eletronicamente)
Lana Thayane Reis da Costa
Assessor Técnico Nível III - CLCC/DPE-AP
Portaria n.º 039, de 2025 - DPE/AP

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2026 - DPE/AP**

Processo Administrativo SEI nº: 26.0.000001944-4 - DPE/AP

Seguindo os ditames editalícios, a empresa _____ (razão social) inscrita no CNPJ N°. _____, sediada no endereço _____, telefone: _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, CPF N°. _____, apresenta a proposta de preços, consoante ao Anexo I do presente **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° ____/2026 – DPE/AP** para a futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido de desoxirribonucleico) "in vivo", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá em toda a sua extensão (Sede Administrativa, Anexos I e II e núcleos regionais), conforme condições e exigências estabelecidas.

LOTE ÚNICO - CATSER 20540							
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ZONA		UND.	QNT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a equipe técnica. O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC 17025 ou equivalente), com responsável técnico habilitado. O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão. Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.	Zona 1	Macapá Anexo II	Serviço/ exame			
			Santana				
			Mazagão				
		Zona 2	Porto Grande				
			Ferreira Gomes				
			Pedra Branca				
		Zona 3	Calçoene				
			Amapá				
			Tartarugalzinho				
		Zona 4	Laranjal do Jari				
			Vitória do Jari				
		Zona 5	Oiapoque				
02	Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo DUO (filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a equipe técnica. O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC 17025 ou equivalente), com responsável técnico habilitado. O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada,	Zona 1	Macapá Anexo II	Serviço/ exame			
			Santana				
			Mazagão				
		Zona 2	Porto Grande				
			Ferreira Gomes				
			Pedra Branca				
		Zona 3	Calçoene				
			Amapá				
			Tartarugalzinho				
		Zona 4	Laranjal do Jari				
			Vitória do Jari				

marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão. Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.	Zona 5	Oiapoque				
VALOR TOTAL R\$						

Informações Bancárias:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Declarações legais:

- a) Declaramos que a presente proposta está em conformidade com todos os preceitos legais e regulamentares em vigor.
- b) Declaramos expressamente que, no(s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas.
- c) Declaramos que concordamos com as cláusulas dispostas no Edital, Termo de Referência e demais anexos, referentes à presente contratação.
- d) O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias a partir da abertura do certame.

(cidade/estado), _____ de _____ de 2026.

Responsável Legal pela Licitante

Observações 01: Este modelo de Proposta de Preço é exemplificativo e não exaustivo, podendo cada licitante elaborar sua própria proposta, desde que contenha todas as informações solicitadas.

Observações 02: Emitir em papel que identifique a licitante.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

Processo nº _____/2026 - DPE/AP

Pregão Eletrônico SRP nº _____ - DPE/AP

Objeto: _____

Empresa: _____ CNPJ. Nº _____

Endereço: _____ Telefone nº _____.

Endereço eletrônico (e-mail): _____.

Responsável legal da empresa: _____.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____ (endereço completo) _____, doravante representada por [nome completo do representante legal] _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, DECLARA, para os fins devidos, que possui laboratório próprio, devidamente regularizado; sistema de rastreabilidade das amostras biológicas; procedimentos formalizados de cadeia de custódia e condições técnicas para armazenamento seguro de amostras e dados.

Macapá/AP, _____ de _____ de 2026

Nome e assinatura do representante legal

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ E A EMPRESA XXXXXX PARA OS FINS NELE DECLARADOS

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ**, inscrita no cadastro Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º 11.762.144/0001-00 com sede na Rua Eliezer Levy, nº 1157 – Centro, CEP 68.900-083 - Macapá-AP, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral, Sr. **IGOR VALENTE GIUSTI**, inscrito no CPF sob o n.º _____ e portador do RG n.º _____, residente e domiciliado em Macapá/AP, nomeado pela Decreto nº 1141/2026, e do outro lado a Empresa: _____, inscrita no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (sua) representante legal, o Sr. (a) _____, brasileiro, inscrito no CPF sob n.º _____, Identidade nº _____, resolvem celebrar este Contrato, conforme especificações constantes no processo SEI nº _____, em observância às disposições do art. 37, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Portaria nº 40, de 10 de janeiro de 2024 - DPE/AP, Portaria nº 46, 10 de janeiro de 2024 - DPE/AP, Portaria nº 48, de 10 de janeiro de 2024 - DPE/AP, Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - CDC, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços nº ____/20____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido de desoxirribonucleico) "*in vivo*", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá em toda a sua extensão (Sede Administrativa, Anexos I e II e núcleos regionais), conforme condições estabelecidas neste contrato e demais documentos em anexo.

1.2. Vinculam-se a este Contrato, independente de transcrição o Termo de Referência, Edital identificado no preâmbulo, a proposta vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O detalhamento do objeto e a definição dos métodos são aqueles previstos no ETP e Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da data/...../..... e encerramento em/...../....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e execução, assim como prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **É ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO**, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 6º, inciso I, item 3, da Portaria nº 38, de 2024 - DPE/AP, nas seguintes condições:

4.1.1. A empresa Contratada poderá subcontratar os serviços de coleta e transporte das amostras dos exames realizados nos núcleos regionais (zonas 2, 3 4 e 5, conforme subitem 1.2 deste Termo de Referência) da DPE/AP, quais sejam: Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, Oiapoque, Pedra Branca, Laranjal do Jari e Vitória do Jari;

4.1.2. A Contratada deverá apresentar à Contratante a documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (relativos a coleta e transporte de amostras biológicas/laboratoriais), que será avaliada e juntada aos autos, no termos do art nº 67, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3. A Contratada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista por parte da subcontratada;

4.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.1.5. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.1.7. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para a subcontratada, ou seja, nos casos de subcontratação, a Contratada permanece integralmente responsável perante a Contratante pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas;

4.1.8. A Contratada será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, não tendo os empregados da Contratada e Subcontratada qualquer vínculo com a DPE/AP.

4.1.9. No caso da subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.1.10. A Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.1.11. A Contratada deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.1.12. A Contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em 12/05/2026 (art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor;

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;

8.1.2. Proceder ao pagamento dos serviços regularmente prestados, no prazo e condições previstas no Termo de Referência;

8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para

que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

8.1.14. Permitir livre acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços contratados, desde que devidamente identificados;

8.1.15. Proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;

8.1.16. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

8.1.17. Designar servidor para recebimento e atesto da execução do serviço, objeto deste Termo;

8.1.18. Rejeitar os serviços executados equivocadamente ou em desacordo com as especificações pactuadas.

8.1.19. Comunicar à Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.3. Substituir imediatamente os profissionais à serviço desta contratação, caso ocorra ausência daqueles no período da prestação do serviço.

9.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à DPE/AP ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.2.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.8. Observar, rigorosamente, a legislação e normas regulamentares emanadas pelos órgãos competentes, providenciando todos os alvarás e autorizações necessários às prestações dos serviços deste Termo de Referência.

9.2.9. A contratada será integralmente responsável por todas as despesas relacionadas ao deslocamento de seus profissionais até os locais de execução dos serviços, bem como por todos os encargos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo salários, seguros contra acidentes, tributos, contribuições, indenizações, auxílios e fornecimento de uniforme completo.

9.2.10. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela DPE/AP;

9.2.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.2.11.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.2.11.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.2.11.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

9.2.11.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.2.11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à DPE/AP;

9.2.13. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.2.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

9.2.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.2.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.2.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

9.2.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.2.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.2.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

9.2.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da DPE/AP;

9.2.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pela DPE/AP;

9.2.29. Apresentar à DPE/AP, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.2.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.2.31. Atender às solicitações da DPE/AP quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.2.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.2.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.2.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.2.35. Refazer, às suas expensas, os exames executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vícios, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.2.36. Encaminhar à DPE-AP a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço prestado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a execução dos serviços.

9.2.37. Manter, durante todo o fornecimento, em compatibilidade com todas as obrigações assumidas, e as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;

9.2.38. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15, da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16, da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A Contratada deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º, do art. 26, da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- 12.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.8.** praticar ato lesivo do art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência: quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 do item acima deste contrato;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do item acima deste contrato, bem como nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “12.1.4.”, de 0,07% (sete centésimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nos subitens “12.1.5.” a “12.1.8.” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem “12.1.3.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “12.1.2.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem “12.1.4.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “12.1.1.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades e

impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.8.4. os danos que dela provieram para a Contratante;

12.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

12.10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.11. A Contratante deverá, deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEI e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133/2021;

12.13. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contrato administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este item ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei;

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Defensoria Pública do Amapá, para o exercício de 20____, na classificação abaixo:

14.1.1. Gestão/Unidade:

14.1.2. Fonte:

14.1.3. Programa de Trabalho:

14.1.4. Elemento de Despesa:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - CDC e, normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136, da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17.2. Em se tratando de verbas e recursos provenientes da União, advindos de transferências voluntárias, por intermédio dos instrumentos previstos em lei, aos demais entes federados, a publicação deste instrumento deverá ocorrer no Diário Oficial da União.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Macapá/ AP - Justiça Estadual.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Macapá - AP de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo SEI nº _____ DPE/AP

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ – DPE/AP**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.762.144/0001-00, com sede na Rua Eliezer Levy, nº. 1157, Bairro Centro, CEP. 68.900-083, Macapá/AP, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Amapá, o Sr. **IGOR VALENTE GIUSTI**, nomeado pelo Decreto nº 1141, de 27 de fevereiro de 2026, publicada no DOE nº 8.604, de 27 de fevereiro de 2026, considerando o julgamento da licitação **PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº ____/2026 – DPE/AP** e processo administrativo nº _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, na Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais para investigação de vínculo genético humano simples, exame de DNA (ácido de desoxirribonucleico) "*in vivo*", do tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai) e tipo DUO (filho requerente e suposto pai), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá em toda a sua extensão (Sede Administrativa, Anexos I e II e núcleos regionais), conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº ____/2026 – DPE/AP**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta de preços cujo preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA EMPRESA DO PREÇOS REGISTRADOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínimas e máximas de cada item, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	CNPJ nº:	
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:		
Endereço eletrônico:		
Representante:		
RG nº/órgão Expedidor/UF:	CPF nº:	

LOTE ÚNICO - CATSER 20540						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ZONA		UND.	QNT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)
						VALOR TOTAL (R\$)
01	Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo TRIO (mãe, filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a equipe técnica. O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC 17025 ou equivalente), com responsável técnico habilitado. O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão.	Zona 1	Macapá Anexo II	Serviço/ exame		
			Santana			
			Mazagão			
		Zona 2	Porto Grande			
			Ferreira Gomes			
			Pedra Branca			
		Zona 3	Calçoene			
			Amapá			
			Tartarugalzinho			
		Zona 4	Laranjal do Jari			
			Vitória do Jari			

	Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.	Zona 5	Oiapoque				
02	<p>Prestação de serviços de exame de DNA para investigação de vínculo genético humano, tipo DUO (filho e suposto pai), com análise de, no mínimo, 24 marcadores STR autossômicos, conforme padrões internacionais (ISFG), com coleta de material biológico (sangue ou saliva), observando cadeia de custódia e rastreabilidade das amostras. Incluindo o fornecimento de insumos, a coleta do material, a logística de coleta, o transporte especializado, a análise laboratorial, a emissão dos laudos perícias e a equipe técnica.</p> <p>O serviço deverá ser executado por laboratório acreditado (ISO/IEC 17025 ou equivalente), com responsável técnico habilitado.</p> <p>O laudo deverá conter: identificação completa das partes, dados da coleta, metodologia utilizada, marcadores analisados, índice de paternidade, probabilidade estatística e conclusão.</p> <p>Prazo: até 30 dias corridos, contados a partir da data da coleta.</p>	Zona 1	Macapá Anexo II	Serviço/ exame			
			Santana				
			Mazagão				
		Zona 2	Porto Grande				
			Ferreira Gomes				
			Pedra Branca				
		Zona 3	Calçoene				
			Amapá				
			Tartarugalzinho				
		Zona 4	Laranjal do Jari				
			Vitória do Jari				
		Zona 5	Oiapoque				
VALOR TOTAL R\$							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, que exercerá suas atribuições por intermédio da Coordenadoria Licitações, Contratos e Convênios - CLCC/DPE/AP.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e do fornecedor.

4.2. A autorização de adesão pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização de adesão pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante e aceita pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata

de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA, ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, o quantitativo originalmente registrado poderá ser restabelecido, nos termos do art. 1º, da Portaria nº 823, de 2025 - DPE/AP, que alterou dispositivos (art. 21 e art. 22) da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP, norma que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.6.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.6.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7. O registro a que se refere o item 5.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.6.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 08.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e

nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.6.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 24, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP):

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d”, do inciso II, do caput, do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.8.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na Portaria nº 46, de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou;

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação e seus anexos.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 2º, inc. III, da Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024 ou art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes por meio de assinatura eletrônica.

Local e data

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP
IGOR VALENTE GIUSTI
Defensor-Geral do Estado do Amapá

Representante Legal
CPF. nº _____

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CADASTRO RESERVA

1. Seguindo a ordem de classificação, relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário.

Ordem de classificação	Empresa (razão social/ CNPJ/ endereço/ contato/ representante)	Lote do TR	Quantidade registrada		Und.	Marca	Valor expresso em R\$	
			mín.	máx.			Unitário	Total

Ordem de classificação	Empresa (razão social/ CNPJ/ endereço/ contato/ representante)	Lote do TR	Quantidade registrada		Und.	Marca	Valor expresso em R\$	
			mín.	máx.			Unitário	Total

2. Seguindo a ordem de classificação, relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original.